

AS MULHERES TRABALHADORAS E O ANARQUISMO NO BRASIL

Mônica Siqueira Leite de Barros

Tese de mestrado apresentada ao Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da Univer-
sidade Estadual de Campinas

Campinas, 1979

Ao companheiro Tadeu

Em memória de Patrícia

Galvão - PAGU - e

Maria Lacerda de Moura

I N D I C E

INTRODUÇÃO

AGRADECIMENTOS

1a. Parte

O ANARQUISMO

PAG.

1. Negação das formas hierárquicas: cidade, burocracia, economia centralizada, família patriarcal 1-4
2. O que dizer da doutrina anarquista? 4-12
3. Relação centro-periferia na teoria e prática anarquista e marxista 12-19
4. Saliências e Reentrâncias da Questão da Universalidade no Marxismo e no Anarquismo 19-22
5. A Revolução Anarquista e a Educação 22-25

2a. Parte

A MULHER E O MOVIMENTO ANARQUISTA (S.Paulo e Rio -1900-1920).

1. O anarco-sindicalismo no Brasil 25-32
2. Trabalho Feminino e Sindicalismo 32-35
- 2.1. Condições de trabalho da mulher operária 43-56
3. As lutas operárias da década de 10 e a participação da trabalhadora nos movimentos grevistas 57-61
- 3.1. O 2º Congresso Operário Brasileiro (1913) e o Relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro 61-68
- 3.2. A Conjuntura Econômica de 1913-1920 69-70
- 3.3. Reorganização operária, São Paulo 1914-1917: antecedentes do movimento popular de julho de 1917 71-73

3.4. Greve Geral - S.P. 1917

- atuação das ligas operárias
- o movimento dos tecelões: significativo da mobilização feminina 73- 78

3.5. Resistência Anarquista nos anos 1917-1920

- greve geral de 1919 em S. Paulo
- primeiras organizações femininas libertárias 78- 81

3a. Parte

A QUESTÃO FEMININA E A TEORIA LIBERTÁRIA

Introdução 82- 86

1. A Dupla Jornada de Trabalho: sobreposição de situações de opressão e especificidade da mulher na sociedade capitalista 86- 92
2. A Libertação pelo Trabalho: o direito à preguiça pelo avêso 92- 94
3. A emancipação das mulheres para os libertários 94-105

4a. Parte

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou iniciais)

1. Movimento Autônomo de mulheres 106-109
2. O problema da mulher nos meios anarquistas 109-112
- 2.1. Mujeres Libres e a orientação anarquista 112-113
- 2.2. O feminismo de Mujeres Libres 113-115
- 2.3. Emma Goldman e a Libertação feminina 115-116
3. Maria Lacerda de Moura e os anarquistas no Brasil 116-120

BIBLIOGRAFIA

Introdução

Agradecimentos

Pela História Social do Brasil, escrita com H maiúsculo, dando voz aos que a tiveram abafada, este trabalho pretende ser uma contribuição tornando visível a ação histórica das mulheres trabalhadoras no movimento anarquista brasileiro de 1900 a 1920. Assim, a presença feminina nas lutas operárias desmistifica o caráter passivo de sua natureza atribuído e reforçado pela ideologia dominante nas formações sociais capitalistas. Aparecem, pois, as condições de participação social ampla das mulheres o que entra em contradição com a sociedade de classes. Nesse sentido, podemos estabelecer a ponte entre o movimento de libertação social e a emancipação das mulheres conjunta à de outras categorias oprimidas: as crianças, os grupos étnicos - índios, negros etc.

A visão de mundo anarquista bem como sua formulação de uma nova sociedade alicerçam a construção de organizações femininas preservando-se princípios não-hierárquicos, mas de afinidade. Portanto, o trabalho realizado que ora se apresenta significa, mais que conhecer e tornar História o passado, entrar preparado para o futuro, compreendendo o presente.

Agradeço aos profs. drs. Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall. Seu crédito ao meu trabalho foi a alavanca para o seu desenvolvimento, ademais da orientação amistosa e profícua, de cujos resultados sou a única responsável. A professora Maria Nazareth Ferreira e Mariza M. Zanatta possibilitaram a pesquisa

da imprensa operária existente no Arquivo Edgard Leuenroth-Unicamp que brilhante e árduamente organizaram e indexaram. Sou-lhes grata e destaco a contribuição de Nazareth para a História Social no trabalho A imprensa operária (1890-1920), publicado pela Ed. Vozes. 1978.

Os contatos com o movimento de mulheres e sua contemporaneidade possibilitaram o aprofundamento de questões relevantes para se compreender a conjuntura política atual inserindo-se também a questão feminina como agente de transformação social. Prezo pois, na execução deste trabalho, minha experiência como colaboradora do jornal Brasil Mulher e a participação em grupos de mulheres independentes. Aos estímulos sinceros de Mariza Corrêa e Verena Martinez-Alier agregados às suas observações pertinentes minha gratidão. Uma menção ao prof.Dr. Décio Saes pelo acompanhamento dos passos finais deste trabalho e sua liberação para dissertação de mestrado. Meu reconhecimento pela liberdade intelectual que exerceu durante sua orientação.

Durante dois anos e quatro meses este trabalho foi subvencionado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Agradeço-lhes a confiança e paciência que souberam ter pela sua realização. Agradeço também à Solange Vital de Souza pela datilografia.

1a. Parte

O ANARQUISMO

1. Negação das formas hierárquicas: cidade, burocracia economia centralizada, família patriarcal.

Enquanto a Humanidade, organizada politicamente, busca a paz, o progresso tecnológico ao invés de propiciar as condições econômicas para obtê-la, afasta-a cada vez mais, colocando em seu lugar a luta pela soberania; o poder cristaliza-se e impregna a destruição lenta do planeta e dos homens de boa vontade. Temos, no entanto, as pré-condições de sobrevivência. Hoje a "questão social" é outra. O que se quer é alcançar as condições de vida e liberdade, sem que haja mediações teóricas, estados de transição, nem organizações centralizadas.

A reconstrução social se constitui de tarefas práticas que podem se resolver espontaneamente, através de ações auto-liberadoras da sociedade, o que implica na negação de todas as formas hierárquicas enquanto tais. Esquematizando-as⁽¹⁾:

NEGAÇÃO DAS FORMAS
H I E R A R Q U I C A S

- | | |
|--------------------------|---|
| 1. CIDADE | COMUNIDADE, em meio social descentralizado no seio de comunas globais, ecologicamente equilibradas. |
| 2. BUROCRACIA | Relações imediatas que substituem a representação pelo encontro cara a cara de indivíduos livres em uma assembleia geral. |
| 3. ECONOMIA CENTRALIZADA | Ecotecnologia regional, situação em que os instrumentos de produção se amoldam aos recursos de um ecossistema. |
| 4. FAMILIA PATRIARCAL | Sensibilidade liberada: a expressão do erotismo entre iguais, espontânea, desinibida, que transcende todas as formas de regulação sexual. |
| 5. MERCADO | Abundância coletiva e cooperação transformando o trabalho em jogo e a necessidade do desejo. |
-

(1). Bookchin, Murray, El Anarquismo en la Sociedad de Consumo, Kairos ed., Barcelona, 1976.

Esta é uma das respostas anarquistas contemporâneas ao capitalismo burocrático de Estado. A contradição desse desenvolvimento das forças produtivas é o seu potencial de liberação. Não vivemos mais em tempos de escassez, podemos reformular nossas exigências de dignidade humana e justiça social bem como o planejamento econômico. Os recursos existentes à disposição do homem para sua libertação envolvem outra relação com a natureza e organização político-social: agrupamento humanos que não necessitam das formas hierárquicas que conhecemos. As críticas à sociedade atual e seus males vem demonstrando a ineficácia dessas formas e os obstáculos à libertação, inclusive em processos revolucionários, como as experiências socialistas.

"Toda organização hierárquica de diferenciação humana-sexual, étnica, generacional, física - deve ceder lugar ao princípio dialético da unidade na diversidade. Em ecologia, este princípio tem sido totalmente incorporado: a conservação, inclusive a elaboração da variedade, se considera indispensável para a estabilidade natural. Todas as espécies são importantes por igual na manutenção da unidade e o equilíbrio do ecossistema. Não há hierarquias na natureza a não ser as impostas pelos modos hierárquicos do pensamento humano; há somente diferenças entre e dentro dos seres vivos"⁽²⁾.

Hierarquia e autoridade são dois princípios faces da mesma moeda que o Anarquismo tem criticado desde quando as idéias e movimentos anarquistas surgiram, seja expressas no cristianismo seja explicitamente, com um pensador como Proudhon do século XIX. Autodenominando-se anarquista rebatia as críti-

(2). *idem*, pp. 243-244.

cas de seus opositores, entre eles Marx, esclarecendo que Anarquia não é caos, nem desordem, como vulgarmente tratada, mas sim que:

"Tal como o Homem procura a Justiça na igualdade, assim a sociedade procura a ordem na Anarquia".

O anarquismo se apresenta como uma doutrina revolucionária inserida no conjunto das idéias socialistas vendo a possibilidade da transformação violenta e rápida da sociedade. Das várias noções do anarquismo a que se desenvolveu no século XIX e início do século XX foi o anarquismo libertário que não só rejeitou o autoritarismo mas também a ordem social burguesa.

2. O que dizer da doutrina anarquista?

Muito ou muito pouco, pensariam vários estudiosos pertencentes ao vasto campo das teorias de mudança social. Uma teoria caótica que maus frutos deixou numa primeira fase do movimento operário mundial. A bem verdade, ressaltariam estes, o anarquismo tem que ver com o despertar da classe operária para a luta operária, para a luta revolucionária. Como todo, início, está repleto de vícios, falhas e inconsistências teóricas e programáticas. Não foi com o comportamento anárquico e nunca poderia ser, que o proletariado chegou ao poder, afirmariam categoricamente alguns.

O que se depreende dessa verborrêia toda é um profundo desprezo teórico (e porque não, ideológico) pela teoria anarquista. Seguramente, a concepção anarquista esbirra com a concepção marxista de mudança social. Houve tempos (e parecem renascer) em que violentas lutas se travaram nos bastidores cons-

pirat6rios pela luta revolucion6ria. Um dos palcos mais obscuros e permeado de an6lises partid6rias foi o desenrolar da Primeira Internacional Comunista, fundada em 1864, que teve como degladiadores principais - Marx e Engels - pela facc6o "marxista" e Bakunin e Proudhon pela facc6o anarquista. As publica66es desse per6odo constituem-se em farto material das diferenas ideol6gicas entre as duas teorias. S6o por assim dizer a necessidade hist6rica de exarcebac6o de seus princ6pios, estrat6gias e t6ticas de mudan7a social. Seus autores foram - pelas exig6ncias hist6ricas de imprimir uma orienta76o mundial ao movimento dos trabalhadores pela Revolu76o Social - praticamente obrigados a se definir, tra7ar suas fronteiras a fim de captar aderentes. Considero rico material para um estudo mais profundo desse tema⁽³⁾.

Retomando a pergunta acima digo que muita ret6rica se pode fazer da doutrina anarquista e um estudo mais palp6vel e incisivo torna-se cada vez mais presente na ci6ncia e pr6tica pol6tica contempor6nea.

Abrindo franquias vamos excursionar pela doutrina anarquista, visitando-se seus princ6pios e distinguindo-a de seu ferrenho opositor - a teoria marxista. N6o 6 escopo nosso um aprofundamento dessas diverg6ncias, esse encargo demandaria tempos de estudo e de pesquisas, visto a seriedade pr6tica-cient6fica do assunto. Um vislumbre apenas de alguns pensadores anarquistas significativos para a pr6tica revolucion6ria libert6ria.

(3). Veja a introdu76o de Sam Dolgoff in Bakunin on Anarchy, Vintage Books, 1972, N.Y.; tamb6m o trabalho de Angiolina Arru, Classe y Partido en la primeira Internacional, Comunicacion- serie B n6 38 - Madrid, 1974, com documentos sobre as Conferencias de Londres em 1871 e Haia em 1872 e os debates sobre organiza76o entre Marx - Bakunin - Blanqui.

A teoria anarquista de certa forma configura-se acoplando elementos formadores de outras teorias. Dentre estas últimas ressalta-se a contribuição da teoria evolucionista de Darwin. É por demais pertinente no pensamento anarquista sua visão naturalista da sociedade. Com frequência podemos encontrar uma fundamentação natural dos princípios que regem este pensamento. Assim, primeiramente, podemos dizer que a sociedade existente significa simplesmente um estágio evolutivo do homem. Homem que é essencialmente social, com infinitas possibilidades de aprimoramento e que traz em si um senso de justiça e solidariedade. Profundamente humano e natural. Seu ideal é a liberdade integral do ser, a ausência de correntes materiais espirituais. O pensamento anarquista considera esses valores humanos naturalmente universais.

Define o homem como ser social, distorcido de sua natureza, espoliado por uma sociedade corrupta; os males sociais não tem origem nos homens mas na estrutura social implantada. Reconhecendo na ordem social vigente a destruição da dignidade humana, o pensamento anarquista arma-se contra um dos componentes essenciais da sociedade atual: o autoritarismo. Todo o esforço teórico é pouco para demonstrar a imposição arbitrária do autoritarismo na vida social, diria um anarquista como Proudhon. Tido como paradoxal, portador da dialética anarquista, ele argumenta com os termos anarquismo e anarquista imprimindo-lhes uma conotação social positiva. Joga com enunciados como os de que a negação da autoridade não contém em si a defesa e instauração da desordem. Vai além e sugere que as verdadeiras leis (leis naturais) sociais estabelecem funções para a sociedade

de que nada tem a ver com a autoridade, não são impostas de cima, muito pelo contrário surgem em harmonia com a natureza.

As idéias anarquistas colocam-se frontalmente di-
ante de qualquer encarnação da autoridade: "Todos os partidos ,
sem exceção, enquanto procuram pelo poder são variedades do ab-
solutismo". Os pensadores são constantes em denunciar seu des-
prezo e ódio pelo Estado, Igreja, Exército, burocracia e tôdas
as instituições da velha ordem, ávidas de poder e esmagadoras
do desenvolvimento integral do homem. "A autoridade tem que
ser desterrada das sociedades humanas. O governo do homem pelo
homem - um anacronismo que passou pela história" - exortava Flo-
rentino de Carvalho aos companheiros anarquistas. (A Obra, 1/7/
1920, SP).

Muito influi Hegel na sedimentação dos primados
filosóficos anarquistas. Seu postulado "tudo que é real é racio-
nal", permitiu aos jovens hegelianos afirmar que há possibilida-
de de se remodelar o mundo existente de modo que ele correspon-
da aos requisitos da Razão. Estava fundada a filosofia da mudan-
ça social; o movimento dialético da história, esclarecido por
Hegel, encaminha todos os conflitos para uma nova síntese. As-
sim o estalar das classes e a sucessão de revoluções deve produ-
zir uma nova ordem, inevitavelmente.

Interpretando e incorporando estas revelações a
doutrina anarquista visualizou a síntese como a sociedade li-
bertária pela qual todo movimento revolucionário deve lutar, sua
causa última.

Nesse momento enraiza-se uma profunda diferença
com a teoria marxista. Incorporando a noção de processo históri-

co, termos como "a história dirá" o marxismo colheu elementos da filosofia hegeliana para a construção da teoria da luta de classes que desemboca na "síntese transitória" que é a ditadura do proletariado, intervalo histórico tido como necessário para se chegar ao fim último, decisivo o comunismo. O comunismo não é encarado como a sociedade almejada pelos homens mas como o ponto final traçado pelo movimento dialético-histórico, que aí parece se encerrar. Portanto, o componente autoritário não desaparece após a Revolução e subversão da velha ordem mas adquire nova fachada conforme determinações dos ditames programáticos dos dirigentes do proletariado. Permanecendo o autoritarismo, permanece o Estado - que se define como administrativo - e também o Exército que é nomeado de revolucionário e necessário à manutenção da Revolução. A Síntese marxista corporifica uma sociedade teoricamente definida de "Ditadura do Proletariado" abrindo excessões para a formação de um bloco operário-camponês. Porém, o novo estado é proletário e o camponês a ele deve se submeter, transformando-se gradualmente numa espécie de "proletário da terra"⁽⁴⁾.

Não são esses os elementos constituintes da crença anarquista libertária. Ela vê a possibilidade de transformação violenta e rápida da sociedade, acreditando na racionalidade humana como impulso natural para a busca do aperfeiçoamento das faculdades do homem. Também no homem encontramos um processo evolutivo natural, possível de ser harmonioso. Sua unidade de equilíbrio perdeu-se em meio as estruturas pestelentas da sociedade atual. Por isso é mister transformá-la, destruí-la sem mais meios. Uma Fé religiosa no ser humano e uma filosofia racional re

(4). G. Woodcock, O Anarquismo, p. 26.

fere-se Joll (p.13) ao anarquismo. A teoria anarquista vive estas tensões. São dois temperamentos em coalização progressiva. No interior do pensamento anarquista a idéia de razão e progresso caminham simultâneamente. A teoria reúne primados de um racionalismo humanista que convivem com sua natureza religiosa e apocalíptica do social.

"O anarquista é um herético". A teoria anarquista já foi taxada de heresia por seus inimigos. Realmente, se entendemos por heresia a rejeição de toda autoridade temporal ou espiritual, rejeição de valores sociais vigentes tidos como falsos e corruptos que levaram a ataques e denúncias violentas da ordem social podemos emparelhar os movimentos anarquistas com as heresias gnóticas cuja devoção ascética explode desafiando a moralidade existente. A luta pela sociedade libertária identifica seus aderentes nos movimentos heréticos. Os camponeses revoltosos de Thomas Muntzer (1535, Alemanha) por ex. são compreendidos e louvados dentro da teoria anarquista, apesar de também referendados pelos marxistas.

A visão apocalíptica da sociedade - seu fim imediato - não significa a ausência de vida social mas a reconstrução de um mundo de acôrdo com os requisitos da razão humana e plenamente identificados com seus valores universais de justiça, solidariedade e liberdade. A sociedade libertária estabelecerá uma moral de responsabilidade individual, não haverá normas de condutas mas uma "educação racional".

Entre um passado ideal e um futuro ideal muito contribuiu o Iluminismo para a doutrina anarquista. O pensamento de Rousseau fornece subsídios aos futuros anarquistas quando se

refere ao "estado de natureza": "O homem nasceu livre e está acorrentado". As idéias de uma sociedade primitiva feliz, onde havia cooperação e inexistia a propriedade privada dos bens assim como a teoria rousseauiana da educação racional são similares as dos pensadores anarquistas Kropotkin e Francisco Ferrer.

Para Rousseau a sociedade não é igualitária, os homens mantêm entre si um pacto social falso, os direitos naturais não são respeitados mas ultrajados na sociedade civil. Ademais, este pensador reconhece, é fundamentalmente social. Assim, Rousseau proclama um novo contrato social - seu projeto da vontade geral - em que o "povo é soberano" e o indivíduo aliena-se de seus interesses particulares para o bem geral. Somente assim adquire uma dimensão universal e permite a absorção da sociedade - civil pela sociedade política (pois o Estado continua a existir no novo pacto !) apesar de com custos individuais. O homem perde sua entidade de ser para a de cidadão. Para o anarquista tal metamorfose política é inconcebível. A Revolução libertária é econômica-social e não uma revolução política. O primado da revolução política mais aproxima Rousseau da teoria cuja praxis é orientada primordialmente para a tomada dos centros de poder político para o estabelecimento do novo estado revolucionário. Ao jargão da democracia liberal "o povo é soberano" os anarquistas replicam "o indivíduo é soberano" e os marxistas determinam "o proletário é soberano".

A soberania assim desenvolvida por estas correntes de mudança social contém em seu bojo diferenças latentes que emergem em orientações, estratégias e táticas do movimento revolucionário profundamente divergentes e não conciliatórias.

Munidos de um corpus doutrinar, anarquistas e comunistas proclamam comuns os fins últimos de sua luta revolucionária. Ou seja, uma sociedade sem classes, sem exploração e sem Estado. Mas são díspares seus princípios, refere-se Lênin no 3º Congresso da Internacional Comunista. "Não podemos abrir mão da ditadura do proletariado e da redefinição das atribuições do poder estatal" (Cit. de Hobsbawm, p. 482). Criticou severamente os pontos de vista anarco-sindicalista mas referendou sua ação revolucionária na França. Contudo, por ocasião do 5º congresso, período de "bolchevisação" da revolução russa, as críticas ao anarco-sindicalismo foram amargas e destrutivas, estendendo-se aos "desvios intra-comunistas" - luxemburguismo e trotskismo. A propaganda anti-anarquista foi admiravelmente encilhada nos anos 30. Surgem na França os textos de Marx e Engels contra o anarquismo, a controvertida História do Anarquismo de E. Yaroslavsky na Rússia e a incrível História do Partido Comunista da União Soviética de Stalin, em 1938. Dentre as razões para o recrudescimento ideológico de posições marxistas anti-anarquistas, neste período, historiadores como Hobsbawm, destacam os movimentos e conquistas anarquistas na Guerra Civil Espanhola, apontando também o uso da doutrina para legitimação teórica do Estado policial stalinista.

Num passar de olhos pela imprensa anarquista brasileira da Primeira República, destaca-se a aversão pelo Estado e sua natureza compressor. "Este sustenta e defende a Igreja, legaliza a usurpação da propriedade - que é coletiva e apadrinha os intelectuais da classe dominante" (A Obra, 1/7/1920- S.P.). Tal análise do Estado Gendarme nada fica a dever para as de

Althusser e Poulantzas e demais intelectuais marxistas embora estas recaiam principalmente sobre o Estado Capitalista e não sobre o Estado como categoria socialmente pré-fabricada.

Os anarquistas se levantam contra a participação política nos limites definidos pela sociedade atual. Dessa maneira orientam-se contra o sistema eleitoral, querem a destruição da sociedade política sob qualquer de suas mirabolantes roupagens - o parlamentarismo, a democracia representativa, quanto menos "processos de distensão" dentro de um regime autoritário. Contrários a essa orientação da praxis política, os marxistas consideram relevante sua intromissão nos canais políticos - burocráticos quando diagnosticados, como necessários à luta ideológica contra o capitalismo.

3. Relação Centro-Periferia na teoria/prática anarquista e marxista

Rudolf de Jong salienta a formação do anarquismo como "ideologia que se recusa a criar novos sistemas centrais com novas áreas periféricas"⁽⁵⁾. A percepção aguçada de Jong em torno da relação Centro-periferia na teoria-prática anarquista e marxista merece considerações. Acrescenta analiticamente uma contribuição para o estudo comparativo das duas teorias em questão. Ressalta que os marxistas revolucionários, os reformistas sociais e esquerdistas em geral querem usar o centro como instrumento de libertação-emancipação do ser humano. Seu modelo

(5). Jong, R. de, p. 6 in "Some Remarks on the Libertarian Conception of the Revolutionary Social Change", paper.

libertário tem um centro: um partido, um Estado, uma classe , ou/e um exército.

A Revolução anarquista significa destruição imediata do centro. Sua estratégia após esse passo é uma sociedade despojada de centro. A doutrina libertária contém em si a luta ideológica contínua contra qualquer corporificação do centro.

Consistente com as premissas do pensamento anarquista-anti-autoridade, pela reabilitação dos valores humanos universais de justiça, liberdade e solidariedade na sociedade-libertária, o campo de batalha de seus militantes só poderia ser a sociedade como um todo, centro dos males porque a essência humana tem passado. O anarquista adere e apoia na luta revolucionária pela libertação do homem todo e qualquer movimento que conspire contra as estruturas autoritárias da sociedade. Não esconde sua simpatia pelos grupos marginais, pelo Lumpem-proletariado, jovens, camponeses, liberação feminina, etc. Em "Apelo ao Jovem", Kropotkin exorta todos os jovens de todas as classes para a libertação do espírito humano dos grilhões sociais. Pensador anarquista dos anos 1830-1840 Weitling deposita toda sua fé no potencial revolucionário do Lumpen. Companheiro de Bakunin , considerava que as verdadeiras revoluções são feitas por aqueles que nada tem a perder. Uma nova ética de revolução "pode ser ensinada efetivamente somente entre as massas confusas e amontoadas em nossas grandes cidades e imersas na miséria extrema e sem limites" (citado por Joll, p. 56).

Na pessoa de Bakunin, explosivo defensor das idéias anarquistas, estão depositadas grandes esperanças no camponês. Ele está junto da terra, da "mãe-natureza", portanto su-

as reações são mais "anarquistas" compreende Bakunin. Duas são as características presentes em sua doutrina libertária do anarquismo: supremacia da liberdade e o primado da violência. Aprimorou a teoria anarquista da ação política. Desaparecem em seus trabalhos (inúmeros e desconhecidos em sua maioria da comunidade intelectual) os traços de especulação política remanescentes da fase anterior do pensamento anarquista (Bert F. Hoselitz prefácio de El Sistema del Anarquismo, Bakunin).

Bakunin pregou abertamente a Revolução. Participou de movimentos revolucionários, fez propaganda, criou e impulsionou grupos de ação (como a Aliança Internacional da Democracia Socialista em 1868). Sua teoria refletia as condições econômicas regressivas da Rússia após a reforma de 1861 distinguindo paralelos nas condições socio-econômicas que prevaleciam na Europa ocidental, nos países menos desenvolvidos dessa região. Criticou a "exploração do homem pelo homem", a desigualdade, advogando o socialismo e a supressão de todas as instituições da velha sociedade. Pregava o individualismo, a liberdade absoluta para o homem e a abolição da autoridade, da subordinação e da disciplina. Historicamente hostil e inimigo mortal da teoria e táticas do comunismo científico de Marx e Engels.

A teoria anarquista de Bakunin revela explicitamente o caráter periférico do anarquismo. Dirige-se a homens e áreas periféricas do capitalismo. Nega a orientação política de centralização. Preconiza a constituição da sociedade libertária na forma de uma confederação de unidades básicas constituídas por afinidades e laços solidários e animadas pelo postulado da direção e controle autônomos. Adaptável a sociedade industri

al em crescimento de sua época, Bakunin constrói em sua teoria as instituições voluntárias com direito ao usufruto do produto do seu trabalho ou seu equivalente ao trabalho individual.

Nas disputas político-ideológicas com o marxismo, Bakunin exacerba as táticas anarquistas definindo-as dentro do clima de espontaneidade humana, "a violência contra a tirania " não se sufocará no homem. Os focos despontam na sociedade desmoralizada e decadente. Os insurrectos se farão ouvir. Defende os métodos revolucionários da Comuna de Paris (1871), colhendo aqui e ali na história os movimentos revolucionários que se coadunavam com o ideal anarquista de luta revolucionária por ele preconizado: a ação direta. "Uma idéia no cérebro, uma carabina na mão e avante, trabalhadores, caminemos para a conquista do comunismo-anárquico! Suprema solução! (Pedro Bastos, A Plebe - 9/8/1919. S.P.).

"As revoluções não são feitas nem por indivíduos nem por sociedades secretas. Vem automaticamente; o poder das coisas, a corrente dos fatos e eventos as produzem. Elas são preparadas nas profundezas da consciência obscura das massas então estouram repentinamente": Contra-diálogo de Bakunin sobre a tática social-democrata e comunista que centraliza-se num exército regular, disciplinado e hierárquico.

A concepção anarquista de progresso - em harmonia perfeita com a natureza humana inclina-se contra a sociedade industrial. Para a doutrina anarquista esta não significa uma necessidade histórica, nem faz parte do processo histórico como acredita a teoria marxista. Desta forma a sociedade libertária

não contém em si o desenvolvimento das forças produtivas, não é este o caminho necessário para se chegar a reta final - o comunismo - conforme consentem os marxistas. Para a sociedade libertária os caminhos são fluidos, não determinados historicamente mas redefinidos pelos indivíduos de acordo com sua experiência vivencial e brotando da essência humana naturalmente.

O dogmatismo e ortodoxia não são assumidos pela Anarquia, nela o líder não figura. Conforme observações de Woodcock obras de gente como Kropotkin - Auxílio Mútuo; Godwin - Justiça-Política, Proudhon - Idéia Geral de Revolução, grandes pensadores anarquistas, não são tidas como sacrossantas o que não ocorre com "os textos canônicos" do marxismo.

Anarquistas individualistas (Stirner e Godwin), Proudhon e seu mutualismo, Kropotkin e os anarquistas-comunistas e Bakunin com os anarco-sindicalistas constituem a fluida e descompacta galeria evolutiva do pensamento anárquico clássico. As diferenças entre estas acepções que a doutrina anarquista tomou devem-se principalmente ao método revolucionário (uso da violência) e a detalhes da organização econômica da sociedade libertária. As premissas comuns que compõem a filosofia libertária foram mencionadas acima. Um adendo: nesta concepção de mundo não há elementos anti-sociais. Pelo contrário, os anarquistas julgam-se os regeneradores, lutadores individuais responsáveis pelo ajustamento da barca social a seu rumo natural.

Os teóricos anarquistas afastam-se das idéias rousseauianas do "contrato social", do "comunismo autoritário" de Marx e também dos socialistas utópicos. A noção de Utopia, de uma sociedade definitiva, perfeita colide com o processo e-

volucionista, de aperfeiçoamento contínuo e progressivo. "Evolução e Revolução se alternam e as revoluções, ou seja, tempos de evolução aceleradas - pertencem à unidade da natureza assim como os tempos em que a evolução ocorre mais vagarosamente": adaptação da teoria evolucionista de Darwin ao pensamento anarquista de Kropotkin.

A construção mental dos utópicos não se coaduna com a fluidez, por vezes contraditória e confusa da tradição filosófica anarquista. Os modelos utópicos são concebidos como formais e rígidos contrapondo-se ao princípio de liberdade da doutrina anarquista que se estende ao pensamento, sua forma e conteúdo.

Contudo, estas considerações não impediram que os anarquistas adotassem algumas idéias dos socialistas pré-Marx em especial as relativas à organização da "nova sociedade". Dentre elas a distribuição comunista (Utopia de T. Moore); a indução ao trabalho pela paixão ao invés de pela renda-salário (Fourier); o mundo de W. Morris (News from Nowhere) onde as ruínas da autoridade cedem lugar à harmonia entre os homens e a idéia de progresso econômico, de desenvolvimento é considerada desnecessária.

Os marxistas negam a existência da idéia de progresso na doutrina anarquista. Na verdade, esta última enfatiza um passado ideal e um futuro ideal. Vai buscar num passado remoto sociedades cooperativas para recheiar sua concepção da sociedade libertária. Estas sociedades são áreas periféricas ao desenvolvimento capitalista como por ex. as sociedades camponesas do Mir como também as cidades livres da Idade média, os primei-

ros cristãos e certas sociedades primitivas como os Doukhobors. Correm na procura de fragmentos de um passado libertário, nunca, jamais, percorrendo-o numa linha reta ou circular. O progresso para os marxistas significa acumulação, excedente, luta de classes e não elevação do espírito humano sob novas formas de vida social. Centraliza-se na produção industrial, altamente organizada. Compreende-se então porque Marx previa a revolução comunista no centro (países capitalistas desenvolvidos e não na periferia). Deriva sua teoria de uma crença inabalável na superioridade da centralização sobre a descentralização ou federação (esmerada na versão leninista do Estado). São caudatárias a indispensabilidade da liderança, da organização e da disciplina, atos de fé de todo marxista que se preze.

A análise histórica do Estado Revolucionário marxista desvenda relações centro-periferia que não se diferenciam dos velhos sistemas centrais. O antagonismo centro-periferia existe, por ex., a relação conflitante dos camponeses russos incluídos nos padrões proletariais da "economia socialista" soviética. Os anarquistas não se surpreendem com as reações dos no - vos sistemas centrais a grupos periféricos revolucionários. Os novos centros lançam mão dos mesmos sofisticados mecanismos repressivos do velho centro (sociedade capitalista) para a manutenção da ordem, do desenvolvimento e da lei. Presenciamos na história cruenta burguesa a marca indelével da Comuna de Paris-1871 e na história cruenta comunista episódios como a Revolução Húngara de 1956 e primavera de 1968 em Praga (Jong, p.23). Paradoxalmente o anarquista "é aquele que não quer se oprimido e não quer ser opressor: aquele que quer o máximo de bem-estar, a

máxima liberdade, o máximo desenvolvimento de todos os seres humanos "(Enrico Malatesta in A Obra, 1/7/1921, S.P.).

4. Saliências e reentrâncias da questão da universalidade no marxismo e no anarquismo

O desenvolvimento desta questão conduz a uma volta a questão do Estado, da soberania e das relações entre sociedade política e sociedade civil nas duas doutrinas: marxista e anarquista.

O marxismo muito se beneficiou da concepção hegeliana de Estado. Apesar de admitir que o Estado possa dominar, sobrepor-se à sociedade civil (Bonapartismo, Estado Jacobino), o marxismo não considera esta categoria como "alvo imanente dos indivíduos que compõe a sociedade civil" um super ego, espécie de entidade moral-religiosa, como o define Hegel. Nem mesmo algo desejável, distinto, superior, uma necessidade exterior transcendente dos indivíduos (Hegel). Marx somente atura o Estado como necessário nos estágios de desenvolvimento incompleto da sociedade; o Estado coexiste com um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, pertence a uma fase do processo histórico que pressupõe outras entre elas o Estado ditatorial transitório proletariano (proletariado-industrial) concluindo-se finalmente a História no comunismo - com o desaparecimento da entidade central autoritária, o Estado.

Para Marx, não são os indivíduos que delegam soberania ao Estado. Este não será o depositário da universalidade (substanciada nos burocratas únicos capazes de alçar de seus

interesses particulares e assumir funções universalizantes) conforme a teoria hegeliana.

A soberania, para o marxismo, tem lugar na socie-
dade civil (ou seja, "o conjunto das relações econômicas", "o ver
dadeiro lugar e cenário de toda a história que abarca todo o
intercâmbio material dos indivíduos numa determinada fase de de-
senvolvimento das forças produtivas", Marx e Engels, A Ideologia
Alemã). A universalidade, contudo, é realizada por um grupo de -
terminado, hegemônico, dominante - no Estado burguês pela classe
burguesa e pelo proletariado no Estado Revolucionário.

Precisemos mais a questão da Universalidade. O
que é ser, buscar e realizar o Universal? O que é afastar-se da
particularidade?

Será universalidade a participação política para
além dos limites da família, da universidade, da cidade? Preocu-
par-se com a macrocoletividade? Estará o indivíduo exercendo a
universalidade se a ele interessa o destino da coletividade, uma
coletividade maior que a que ele pertence (corporações, feudos,
partidos, classe)? Digamos que sim. Que o universal salta sobre
os interesses particulares, classistas, familiares, sexuais, etc..
para interesses globais, gerais. Delineia-se na mente dos indi-
víduos a percepção e vontade de ser "cidadão do mundo".

Pergunto: - Em que se choca ou se harmoniza o es-
pírito de universalidade assim descrito com o espírito anarquis-
ta?

De chôfre, o uso do termo participação política
pode criar confusões para uma interpretação desta interrelação;
anarquismo/universalidade. Os interesses globais que o anarquis-

ta se propõe a defender dizem respeito de perto ao indivíduo enquanto ser humano. A teoria anarquista tem seu âmago na essência humana e sua dimensão universalizante. No corpus doutrinário anarquista o universal são os atributos do homem - a justiça, a solidariedade, a realização e desenvolvimento de suas aspirações e potencialidades. Estes atributos definem-se individualmente mas são coletivos e a sociedade existente os oprime, achata, fere sua natureza. Logo, reflete o pensamento anarquista, é contra ela (sociedade) que se deve lutar é aí que se encontram os vermes corrosivos da dignidade humana. Nesse sentido, os interesses e objetivos da luta libertária ultrapassam as particularidades individuais: a vontade é "transnacional" mas não almeja a "homogeneização do mundo" apesar de seu fim igualitário. Faz-se necessário uma subversão da ordem social para que o universal se realize na particularidade dos indivíduos. O indivíduo enquanto ser humano é naturalmente o portador da universalidade. Somente assim o homem recuperará a unidade perdida. Ao cidadão do mundo o anarquista contraporia os homens-livres.

Sobre as táticas defendidas pelos anarquistas, o fio condutor é o fundamento na decisão individual. Sejam violentos ou não-violentos, pela ação coletiva ou individual, os grupos anarquistas respeitam o indivíduo. Na greve geral, na insurreição, todos participam voluntariamente, sem nenhuma coação ou delegação de responsabilidades. Mesmo que a idéia de revolução social se apresente como uma sublevação popular espontânea, isto não significa que o povo seja visto como massa, no sentido marxista, mas como um conjunto de indivíduos soberanos que devem decidir por si próprios.

A ação revolucionária baseia-se na livre decisão individual o que é uma garantia da autonomia da organização anarquista, seja que forma assumir: o sindicato, a federação, a cooperativa, comitê de bairro, grupos culturais etc., não se constituindo, pois, nas formas hierárquicas existentes. A revolução, condição indispensável para a renovação social, é um facto natural, e não o ato de algumas pessoas. Não acontece de acordo com um plano pré-concebido mas é produzida por circunstâncias incontrolláveis que nenhum indivíduo pode comandar.

James Guillaume, companheiro de Bakunin, escreveu em 1874 um ensaio - "Idéias sobre a Organização Social"⁽⁶⁾ publicado em 1876 na França, ano da morte de Bakunin. O trabalho de Guillaume discute a transição do capitalismo para o anarquismo de maneira a realizar-se sem a instauração das instituições autoritárias, em síntese com as idéias de Bakunin. A proposta de Guillaume para a educação é relevante e retomada mais tarde por Malatesta, militante anarquista italiano que esteve na A. Latina, Argentina principalmente e Brasil, no início do sec.XX.

5. A Revolução Anarquista e a Educação

E as crianças? E a família? Quais serão as relações na célula familiar que tanta celeuma provocam hoje em dia e cuja função é formar e reproduzir socialmente os valores e atitudes vigentes na sociedade capitalista além de fornecer a força de trabalho que move a engrenagem do capital?

Numa sociedade onde não há propriedade privada.

(6). Cit. in Bakunin on Anarchy, ed. Sam Dolgoff, p. 356-379.

dos meios de produção quanto menos relações de posse entre os indivíduos. Assim, a criança não é propriedade pessoal de seus pais mas pertence a si mesma. Enquanto não puder se proteger é a sociedade que a protegerá e garantirá o seu livre desenvolvimento. A comuna determinará o que é melhor para o desenvolvimento da criança. Cuidará dela, a alimentará, vestirá e alojará e será quem a educará, segundo os princípios e planos que os produtores estabelecerem entre si.

Tendo em vista a educação integral o objetivo é desenvolver simultaneamente as faculdades físicas e mentais da criança. Sua educação não será confiada a uma "casta de professores mas a todos aqueles que conhecem uma ciência, uma arte, um ofício".

O processo de aprendizagem dos 5-6 anos aos 16-17 anos habilitará o indivíduo. "O adolescente torna-se também um produtor, útil à comuna e respeitoso dos direitos de seus companheiros". A educação compreende dois estágios. O 1º inicia-se aos 5-6 anos onde se dá ênfase no desenvolvimento das faculdades físicas, para fortalecer o corpo e exercitar os sentidos: ouvir, ver, habilidade manual, formar indivíduos bi-destros. O conhecimento é espontâneo, através da observação pessoal, experiência prática, conversações com crianças e professores.

No 2º estágio que vai de 12 a 16-17 anos ocorre a aprendizagem dos vários campos do conhecimento. A criança adquire um ou mais ofícios, através da prática. Os professores são para cada ciência e são também trabalhadores manuais em meio-período, pertencentes à comuna.

A criança desenvolve seu corpo, aprende as ciên-

cias e inicia-se como aprendiz, como um produtor. E quais serão suas atividades?

No 1º estágio: conserta e modifica os seus brinquedos o que lhe possibilita o uso de ferramentas simples.

No 2º estágio: visita fábricas diferentes, observa diversos ofícios e escolhe aquele que deseja se especializar.

Os trabalhadores ensinam os aprendizes e esta educação prática é complementada por lições teóricas. Dessa maneira a criança tem a custódia da sociedade.

E o que acontece com a família? É destruída? Guillaume afirma que não, pois dois sexos diferentes são necessários para a procriação, existem mães e pais, assim a conexão entre os pais e as crianças não pode ser obliterada pelas relações sociais. Somente o caráter da conexão se modificará. A autoridade paterna se substitui por relações de simples afeição na sociedade igualitária livre.

A educação racional tem como objetivo desenvolver as capacidades latentes da criança, o máximo possível e habilitá-la a tomar conta de si mesma tão depressa quanto possível (grifos meus).

J. Guillaume declara que na "sociedade livre e regenerada o pai, a mãe e as crianças aprenderão a se amar e a respeitar seus direitos mútuos; ao mesmo tempo, seu amor se enriquece pois transcende os estreitos limites da afeição familiar, alcançando um amor mais amplo e mais nobre; o amor da grande família humana" (p.375).

Quais seriam as possibilidades da educação anár -

quica no regime capitalista? A educação integral é muito deficiente apesar do ensino gratuito. Existem obstáculos à ação pedagógica, afirma José Oiticica, professor, jornalista e diretor de periódicos anarquistas, a revista A Vida (1914-1915-R.J.) Spártacus (1919-1920-R.J.) e Ação Direta (1946-1957). E entre estas dificuldades Oiticica destaca "a miséria das massas, o regime de coação, pelas religiões, pelos preconceitos sociais, - a família, a raça, classe, casta -". Porisso a luta pelo anarquismo libertário.

2a. Parte

A MULHER E O MOVIMENTO ANARQUISTA (S.PAULO E RIO-1900-1920)

1. O anarco-sindicalismo no Brasil

O anarquismo libertário desenvolve-se também no Brasil em fins do século XIX e começo do século XX atingindo o movimento operário e suas organizações sindicais durante a primeira República, hegemônico mas sem vanguardismos. De cunho internacionalista, não se encontram fronteiras na doutrina aqui divulgada. A imprensa operária e sindical informa sobre as atividades do anarco-sindicalismo na França, Alemanha, Espanha, Portugal, Itália, Suíça, Estados Unidos, Argentina, Uruguai.

A produção cultural anarquista revela a presença de muitos brasileiros e imigrantes, chegados ao Brasil nas levas de 1890, em São Paulo, principalmente, italianos, espanhóis e portugueses. Em 1895, a cidade de São Paulo contava com 150.000 habitantes dos quais 1/3 era constituído de imigrantes italianos. De 1887 a 1902 São Paulo recebeu 800.000 imigrantes italianos, 90.000 espanhóis, 80.000 portugueses, 18.000 austríacos e 25.000 de outras nacionalidades o que perfaz um total de 960.000 habitantes de diferentes etnias, a maioria trabalhadores do campo e da cidade.

Os anarquistas no Brasil se denominavam libertários, comunistas-anarquistas ou socialistas-anarquistas. Anti-capitalistas e anti-Estado, pela revolução social cujo objetivo é:

"Ultrapassar a formação social capitalista, eman

cipar os oprimidos através da abolição da propriedade privada e igualização de todas as classes e indivíduos"⁽¹⁾ livres.

As relações capital-trabalho são de dominação do trabalhador que não detém os meios de produção. Esta exploração do Homem pelo Homem é econômica e origina as desigualdades sociais. Mas é uma situação histórica e portanto modificável. A negação da ordem capitalista se realiza na ação sindical, veículos dos ideais libertários e meio de instaurar uma nova sociedade - a Anarquia - .

O jornal anarquista "A Terra Livre" manifesta seus princípios e objetivos no nº 1, de dezembro de 1905. "O Homem livre sobre a terra livre", epígrafe do jornal, citação de Goethe, é a tradução da sociedade anárquica onde:

"...o interesse do indivíduo se harmoniza com o interesse social, o interesse de um é o de todos (...), admite uma certa divisão de trabalho, (...) regras voluntárias de conduta, mas não hierárquicas, subordinação, escravidão; todas as funções são equivalentes, isto é, igualmente necessárias (...)".

Nos meios operários, as ligas de resistência e mais tarde os sindicatos anarquistas eram quem coordenava e despertava a capacidade, sem dirigir a luta dos trabalhadores e demais oprimidos.

O anarco-sindicalismo floresceu entre os trabalhadores organizados. Tem como doutrina política o anarquismo

(1). Magnani, Silvia I.L., Notas Preliminares de Pesquisa do Jornal "A Terra Livre", 1906-1910 anarquista, mimeo. 1975 UNICAMP. Este trabalho faz parte de tese de Mestrado que a autora realiza sobre O Anarquismo no Brasil, trabalho pioneiro no âmbito acadêmico, com fontes preciosas.

"essencialmente anti-eleitoral, adversário do regime parlamentar, como de qualquer outro regime autoritário", A organização libertária é entendida como "sem governo, sem autoridade, uma organização livre, partindo do indivíduo para o grupo, baseada sobre o livre acordo e as necessidades sentidas"⁽²⁾ (A Terra Livre, nº 1, 12/1905).

Para romper a "escravidão do salaríato" os trabalhadores resistem ao capital, reivindicam os seus direitos em pregando os próprios meios, ou seja, a ação direta pois "a emancipação dos trabalhadores é obra dos trabalhadores" que não acredita em intermediários e acima de tudo confia nas suas próprias forças.

São constantes os apelos à solidariedade obreira, à união e por isso mesmo à formação moral e intelectual dos oprimidos. É a consciência que leva à sindicalização, acreditam os anarquistas. No sindicato continua a educação política dos operários, o sentimento de liberdade e a luta por melhoramentos econômicos avistando no horizonte o momento da insurreição e instauração da Anarquia.

A organização sindical anarquista é livre e autónoma. Participam os operários e as decisões são tomadas pelo conjunto dos sindicalizados. Não há presidentes mas coordenadores, delegados, que não recebem remuneração. A unidade sindical está garantida pelas federações operárias e pela Confederação Operária Brasileira (COB) que existem para fins de coordenação e não de mando e estão a serviço da questão social operária e não de política-parlamentar ou religiosa. São órgãos de classe mas

(2). A Terra Livre, nº 1, 12/1905.

nem porisso de conformação com o "status quo" pois lutam pela liberdade e justiça social.

O anarco-sindicalismo representa uma das propostas libertárias em face da indústria moderna. As organizações sindicais são o meio de se atingir a sociedade libertária, através das quais os trabalhadores assumem a direção da economia e substituem a maquinaria coercitiva do capitalismo e do Estado. O sindicato é o núcleo da nova sociedade e ao mesmo tempo com sua arma da greve geral, a agência revolucionária que a alcançaria. Esta teoria tem em Proudhoun um dos seus inspiradores e fez parte da organização sindical dos trabalhadores franceses, principalmente até a 1ª. Guerra Mundial, para ressurgir no movimento de maio de 1968, demonstrando sua vitalidade e força histórica:

"Le syndicalisme révolutionnaire avait préparé de lui même, et de longue date les conditions de son évolution"- concluiu J. Julliard no texto publicado em Le Mouvement Social de 1968 sobre "Theorie Syndicaliste Révolutionnaire et Pratique Gréviste" na França nos anos 1890 a 1914.

As experiências de auto-gestão nas indústrias contém elementos libertários, e pertencem ao anarco-sindicalismo, por ex. na Espanha durante a guerra civil de 1936-1939, em Barcelona.

Algumas histórias são contadas sobre a classe operária no período de sua formação. No entanto a produção científica pouco debruçou-se sobre aqueles primeiros momentos da história operária. Distantes no tempo e no feitio que se reveste o operariado de hoje, o operariado de ontem, das últimas décadas

do século XIX e primeiras do século XX, é geralmente visto com as lentes do presente. Da mesma maneira a história operária está dando seus primeiros passos, muitas vezes viciados pela interpretação a posteriori do passado, informados por uma teoria tipificadora da ação operária, quando ainda em formação.

À parte os jargões e enquadramentos como: "1a. fase do Movimento Operário" desorganizado mas autônomo para alguns, sem grandes conquistas mas avesso ao reformismo para outros!

Ir em busca da história a partir do seu interior é a lacuna ainda a preencher.

Esta disposição teórica traz consigo o confronto do universo de relações sociais; patrão/operário; operário/operário; operário/família; operário/classe operária que se mostram aparentemente incoerentes, desconexas contudo de uma riqueza conflituosa e contraditória a que o pesquisador aventura-se com as armas que possui. Estas fazem parte do mundo operário, construindo por ele. Se a elaboração é pobre, incompleta e restrita tem que ver com as condições sociais de produção à disposição dos operários.

Antes de argumentar sobre um período histórico é preciso conhecê-lo mais proximamente àqueles que dele fizeram parte, viveram e agiram. Compreendo que a vida social dos trabalhadores está imbricada com a vida política, salientando-se as práticas culturais dos trabalhadores e seu caráter contraditório em relação à ideologia burguesa. Ao capitalismo não interessa e mesmo tenta impedir a formação e desenvolvimento de uma provável cultura operária. O ocultamento da história das classes subalternas pela historiografia oficial "é uma das formas com que a ideo

logia dominante tenta apagar a memória sócio-cultural da classe operária"⁽³⁾.

Concordo com a adoção e tentativa de se localizar o "espaço operário" - o lugar de uma vivência coletiva peculiar à classe operária, "invisível" pelo lado de suas relações com o Estado e com as classes dominantes, como bem enfatizou Hardman. O trabalho de pesquisa que realizei baseou-se fundamentalmente na imprensa operária anarquista, que possibilitou detectar alguns elementos do "modo de vida" da classe operária e especialmente da mulher trabalhadora.

A ação libertária entre os trabalhadores se fazia presente nas atividades de propaganda, principalmente através da imprensa e das festas. Como porta-voz do vivencial operário emergente o jornal, enquanto "cultura de resistência", propunha-se a manter a integridade ideológica da classe trabalhadora contra o sistema político dominante, em prol da "emancipação social". O sentido cultural e o sentido político da prática anarquista estão, pois, intimamente relacionados. A harmonia desses dois níveis no movimento operário da época possibilita a existência de uma "sub-cultura anarquista" que representou no período de formação da classe operária no Brasil uma região privilegiada da sua própria cultura que esboçava-se.

O movimento operário anarquista das duas primeiras décadas do século XX revela-se sobremaneira importante para se captar a luta de uma classe pela sua preservação enquanto tal, específica, com interesses determinados e promotores da

(3). Hardman, Foot, "História Social e Cultura Operária", mimeo. Unicamp-1975.

liberdade humana. O enfrentamento direto capital e trabalho, o uso da ação direta com os próprios e tão somente meios operários visavam não só a autonomia da personalidade do indivíduo mas a da classe, necessária para se desencadear a revolução social e instaurar a Anarquia.

2. Trabalho Feminino e Sindicalismo

Necessário é um estudo do trabalho feminino e o significado e importância da participação sindical desse setor num momento histórico determinado. O objetivo é se ter indicações concretas acerca das tentativas de participação política da mulher trabalhadora no movimento anarquista das duas primeiras décadas do século XX.

A questão feminina aparece nos movimentos grevistas de 1900-1920 no Brasil, nas reivindicações propriamente femininas das operárias e também na produção cultural dos trabalhadores existentes na imprensa, folhetos e opúsculos vinculados ao movimento anarquista internacional.

Escolhi o jornal operário semanário, anarco sindicalista A Terra Livre, relativo aos anos 1906-1910, editado em São Paulo (1906 a 1907, nº 1 ao 33) e no Rio de Janeiro (1907 a 1908, nºs 34 a 59) voltando finalmente para São Paulo (1908 a 1910, nºs 63 a 75). Das facetas da história operária contida nos nºs publicados neste jornal destacamos a correspondente à mulher operária.

Ocupando uma posição específica no processo de trabalho sua participação adquire duas dimensões: primeiramente constitui parte da força de trabalho sobrando à disposição do

capitalista. Com a introdução da maquinaria no processo produtivo, a força muscular se torna supérflua, o que "permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou desenvolvimento físico incompleto mas com membros flexíveis"⁽⁴⁾.

A aparente leveza do trabalho nas fábricas constitui o motivo maior atribuído pelo capitalista para utilizar o trabalho das mulheres e crianças. Assim é que a aplicação capitalista da maquinaria, além de substituir trabalho e trabalhadores, transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, lançando mão de todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo ou de idade, colocando-os sob o domínio direto do capital.

Com a máquina criam-se as condições de aumento da produtividade do trabalho e simultaneamente observa-se uma tendência a prolongar o dia de trabalho. Revoluciona os métodos de trabalho, redefinindo o trabalho coletivo.

Recrutando outras camadas da classe trabalhadora e dispensando trabalhadores substituídos pelas máquinas, produz uma "população trabalhadora excedente". A maquinaria não só é um meio de produzir mercadorias mas também população excedente⁽⁵⁾.

Esse alargamento da força de trabalho ocupada na indústria concomitante ao excesso de trabalho (12 a 16 horas diárias) imposto à parte da classe trabalhadora que está em serviço ativo, engrossa as fileiras dos desocupados e pressiona os salários para baixo. É uma situação extremamente favorável para

(4). Marx, K, O Capital, vol. I, p. 449.

(5). idem, cit. 154, p. 465.

a acumulação capitalista, proporcionando altas taxas de exploração. Para o operário estabelece-se uma situação de concorrência com os outros operários e o desmantelamento da unidade familiar operária com a entrada da mulher e das crianças no mercado de trabalho.

A segunda dimensão da presença feminina no processo produtivo é que apesar de concorrer para a queda do preço da força de trabalho, aumentando a oferta de mão-de-obra disponível, paradoxalmente, ao tornar-se trabalhadora, convertendo-se também no sustento da casa, estaria deixando de ser o "proletário da família", ou melhor, não só na família, realizando uma condição para sua emancipação, ou seja, "a reincorporação de todo o sexo feminino na indústria social"⁽⁶⁾.

Os debates mais lúcidos a respeito da situação da mulher não separam a emancipação feminina da conquista de uma nova ordem social. A luta da mulher por uma participação mais ampla na sociedade em que vive faz parte da luta mais global por uma nova reordenação das relações socio-políticas.

Quando falamos em emancipação da mulher e movimento feminista pressupomos a transformação das regras do jogo capitalista. Assim sendo, a incorporação da mulher à produção social tal qual a do homem implica na organização dos trabalhadores pelos seus legítimos direitos enquanto os que realmente produzem e quem tem pois, que usufruir do fruto do seu trabalho. Responderei às teses sobre o lugar da liberação feminina,

(6) Engels, F. "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado" in Obras Escogidas, Ed. Progresso - Moscou p. 527.

se o trabalho ou o lar, se o trabalho é sujeição ou libertação após passarmos pelo crivo da atuação historicamente liberadora das textéis e costureiras de São Paulo e Rio de Janeiro no período assinalado pela imprensa operária anarquista.

A primeira década do século XX, ou mais especificamente os anos 1906-1910, é de expansão industrial. Ocorrem mudanças na situação econômica após 1905. Dependente do processo de acumulação cafeeira, a indústria também se beneficiará com a recuperação dos preços externos do café a partir de 1904, que crescem significativamente até 1909, graças à política de valorização. Quanto à ação do Estado, em fins de 1905 há um aumento do protecionismo à indústria e também à agricultura. Com a lei de Similares de 1911 amplia-se o grau de proteção industrial.

Pode-se afirmar que esses são anos definitivos para um avanço no processo de acumulação industrial. Realizam-se investimentos consideráveis para o período. Os tecidos de algodão que em 1907 representavam 20% do valor da produção industrial paulista duplica sua produção física no quinquênio 1905-1910. "Duplicam os fusos, os teares, o número de operários e a potência instalada. O período revelou-se propício ao aumento da produção e da capacidade produtiva da indústria paulista", especialmente⁽⁷⁾.

A participação da força de trabalho feminino na indústria paulista é expressiva. O emprego feminino representava, segundo o Censo de 1919, 33,7% da ocupação operária em São Paulo sendo que no Rio de Janeiro e Estado do Sul constituía menos de 30%.

(7). Cano, W, "As Raízes da Concentração Industrial em São Paulo", tese de doutoramento-Unicamp, 1975.

2.1. Condições de trabalho da mulher operária

Além do percentual feminino no contingente operário objetivamos caracterizar as ocupações e condições de trabalho da mulher extendendo-se estas últimas, quando possível, ao operariado.

O cotidiano operário não era róseo.

" - Vamos lá, Joanhinha que já vão sendo horas.

- Vamos indo Mariquinhas de minha alma, para esse inferno... Estou bem cansada disto. Não se ganha nem para comer e a gente não faz senão passar necessidades. É uma vida de amarguras!"⁽⁸⁾.

Percebe-se a insistência dos artigos do jornal, A Terra Livre em denunciar a sofrível situação dos operários e operárias.

"Se por exemplo, um operário está mais de 5 minutos na latrina, o guarda começa a dar pontapés na porta"⁽⁹⁾.

Violências entre contra-mestres e operários: bofetadas em operários dadas pelo empreiteiro de pintura, ex-trabalhador em Portugal onde foi paneleiro e quebrava cascalhos⁽¹⁰⁾.

Na fábrica Santa Rosália localizada a 30km. de Sorocaba, a força de trabalho "...é quase exclusivamente composta de mulheres e crianças". As condições higiênicas más; a sala de teares era escura e sem ventilação. As casas operárias estavam perto da fábrica. Embora mais baratas que em Sorocaba não tinham nem água nem esgoto. Funcionavam um armazém e um açougue "da fábrica". Eram fornecidas cadernetas descontando-se do salário do trabalhador, "que por alguns, são ali deixados integralmente".

(8). A Terra Livre, 28/06/06.S. Paulo

(9). ibid. 24/3/06

(10). ibid. 12/4/06

A jornada de trabalho ia das 5,30 da manhã às 7,40 da noite com 40 minutos para o almoço. 3 dias da semana , serão até às 10 horas da noite. O trabalho dominical terminava às 11h. da manhã. Nessa fábrica não havia trabalho noturno!

Salários: réis por dia

Homens - 1\$500 a 2\$000

mulheres- 1\$200 a 1\$500

crianças- \$400 a \$800

"No serão os que trabalham por dia ganham 1/4 a mais do salário".⁽¹¹⁾

As costureiras de São Paulo "tem estado no esquecimento oferecendo ocasião aos proprietários de oficinas de porem em prática o maior absolutismo nas suas oficinas".

A jornada de trabalho era de 12h., "uma dia e meio comparando com o almejado dia de 8h.". 3 a 4 dias da semana o trabalho se prolonga até meia-noite ou seja 16h. de trabalho. Persistia o trabalho dominical.

Salário: réis por dia - 1\$500 a 2\$000

mensais - 50\$000 a 60\$000

Em Niterói, numa fábrica de tecidos cometia-se arbitrariedades com menores, mulheres e moças: os contra-mestres "de uma brutalidade odiosa. Para elas só tem dois tratamentos: o vocabulário indecente e vil da taberna ou as delambidices rufianescas"⁽¹²⁾.

(11). *ibid.*, 22/1/07

(12). *ibid.*, 1/6/07

Ainda sobre Sorocaba, a fábrica do Votorantim (têxtil) cujo capital equivalia em 1907 a 5,7% do capital da indústria paulista (cf. Censo de 1907), mantinham uma "pseudo-cooperativa cujos acionistas são uns 12 graúdos da fábrica". As casas dos operários situavam-se ao redor da fábrica onde os comerciantes não tinham acesso. Vigorava um sistema de cartões de compra, vendidos aos operários pela fábrica. Também lá permanecia o serão.

A jornada de trabalho era de 6h. da manhã às 8.30 da noite com 1h. para o almoço e outra para o jantar, e 15 minutos para o café da tarde. A turma de operários da noite era "a maioria mulheres e crianças, é uma pequena parte da fiação". A jornada de trabalho noturna ia de 6h. da noite às 5h. da manhã com 1h. para a refeição.

Salário: igual para os dois turnos. Quando o operário faltava substituíam-no sendo que descontava-se do efetivo 5\$ sem serão e 6\$250 com serão⁽¹³⁾.

Noutra fábrica de 200 operários, a maioria mulheres e crianças, "homens há uns 20", "... trabalham ali crianças de 5, 6, 7 anos analfabetas".

Na seção de carretéis as operárias obtinham 500 réis diários; na seção de teares, trabalhando com 2 teares era possível produzir 2 peças de 40m. cada uma no valor de 1\$000. Podiam ser multadas em "1\$000 e 2\$000 quando não é produzido o que está marcado como tarefa do costume".

"Parte das operárias moram longe da fábrica, levantam-se às 5h. da madrugada para caminhar 1h. mais ou menos.

(13). *ibid.*, 6/1/07

Voltam às 9h. da noite, comem e deitam-se às 10h."(14)

Os 500 operários da fábrica de tecidos de algodão Ipiranguinha, em São Bernardo, entravam às 5,30 da manhã e saíam às 6,30 da tarde, tendo 1 h. para o almoço. Uma jornada de trabalho de 12 horas.

Na fiação a maioria constituía-se de crianças com salários de 10 a 30 mil mensais.

Na tinturaria por 11h. diárias o salário era de 300 réis a hora. As tinhas d'água a 50 graus, com ácidos deixam as mãos dos operários cozidas.

A seção de tecelagem ocupava 150 operários numa sala de 4 janelas. O salário era por obra fluctuando de 17\$000 a 90\$000 chegando mesmo a 75\$000.

Os generos alimentícios e as casas também faziam parte do território da fábrica, sob a gerência e despotismo dos patrões (15).

Sobre a indústria têxtil é possível traçarmos um quadro um pouco mais geral. As informações abaixo são transcrição de La Battaglia sobre as condições de trabalho e salários diferenciais entre homens, mulheres e crianças (de ambos os sexos) operários têxteis (16).

(14) *ibid.*, 28/6/06

(15) *ibid.*, 24/3/06

(16) *ibid.*, 28/2/07

	Homens	Mulheres	Crianças
Jornada de Trabalho	16h.:5h às 22h. 1h. descanso p/refeição	14, 12, 11h.	12h. da tarde às 6h. da ma- nhã, 1h. de intervalo.
Salário	3\$500 a 4\$000	2\$000 a 2\$5000 tecedeiras: 2\$000 2 teares 3\$500 3 teares 5\$000	\$800 a \$ 200 por dia
Ocupação	cardadores	enfusamento, <u>lim</u> peza de algodão, enrolamento dos urdumes.	lançadeiras idade: 8 a 12 anos

O trabalho era realizado sob a vigilância de guardas. Quando por fadiga dormiam durante o trabalho "o encarregado acorda-as e manda-as retornar ao trabalho. Mas os pobres pequenos tornam a cair, então o contra-mestre desperta-os a bofetada, e eles, soluçando, retornam ao trabalho". Vale ressaltar a refeição noturna das crianças: pão e banana.

Ainda sobre as condições de trabalho dizia um artigo:

"Companheiros e companheiras de trabalho vão para o cemitério uns por excesso de trabalho, outros porque lhes falta alimentação. Vedes as vítimas que a tuberculose faz entre vós" (17).

(17). *ibid.*, 24/3/06

Tanta ênfase na vida miserável que os operários levavam era gratuita. Fazia parte de um trabalho de conscientização realizado pela imprensa operária.

A experiência comum dos operários era um fato importante para uní-los na luta por melhores condições morais e materiais. O estado sub-humano a que se submetiam formava o cenário de contradições entre seus interesses e os dos patrões e contra-mestres. As condições de trabalho do operário constituíam o substrato para fundamentar a luta operária contrapondo-se às afirmações correntes de que "no Brasil não havia razão para o protesto operário". Isto era obra de alguns agitadores inescrupulosos que queriam instaurar o caos e a anarquia no país. (aí o termo anarquia na sua acepção vulgar de desordem!)

Somavam-se os apelos para que os operários e operárias informassem sobre as condições de vida dentro e fora da fábrica, sobre a jornada de trabalho, o salário, o custo de vida, etc.

Em certos artigos, as informações sobre as condições de trabalho e vida dos operários e operárias, por ex. na indústria têxtil, acompanhavam notícias e reação operária contra as mesmas.

Na fábrica do Ipiranguinha os operários entram em greve por rebaixamento do salário em 20% e por conflitos com o gerente. São feitas menções à desintegração da família operária com o emprego de todos os seus membros na unidade produtiva. A 23/2/06 começa a greve pela imposição de que os tecelões produzissem 40m. por dia cada um. As outras seções foram suspensas e depois reabertas. Os grevistas não consideraram este fato no-

civo. Para lá se encaminharam alguns operários a pedido da Federação Operária, entre eles Edgard Leuenroth, editor de A Terra Livre. A Federação publicou um manifesto assim como os patrões. Estes no jornal Fanfulla (infelizmente não tivemos acesso a este documento).

Após 35 dias de resistência, apoiados por várias localidades do estado de S.P.: "Recebemos há dias e entregamos à Federação Operária a quantia de 97\$500, recolhidos em Sorocaba e destinados aos grevistas de São Bernardo"⁽¹⁸⁾ os operários capitulam. Invariavelmente a polícia entrevistou e "os operários mais conscientes foram despedidos".

"Os grevistas pouco habituados à luta, às suas comoções e incidentes, tiveram medo e curvaram a cabeça". Mas o movimento cujo desenrolar não redundou em vitória dos trabalhadores é definido pelos próprios militantes:

"A experiência dos trabalhadores não se faz senão com luta e quem luta está exposto à derrota"⁽¹⁹⁾.

As tecedeiras da fábrica São Bento também entraram em greve. Motivo: redução dos salários. Os operários fornecem dados sobre as condições de trabalho naquele "presídio industrial" comentando sobre o "aumento da fábrica":

"... quando se inaugurou uma nova máquina, os operários foram obrigados a dar 5\$000 para o batismo festivo da mesma, realizado por um padre"⁽²⁰⁾.

(18). *ibid.*, 12/4/06

(19). *ibid.*, 12/4/06

(20). *ibid.*, 28/6/06

2.2. As Costureiras e as têxteis no Movimento Operário

A questão da exploração da F.T. feminina nas indústrias têxteis e de sacaria bem como nas oficinas de costura.

Esta seção da história operária compreende a participação da operária na luta contra o capital e os liames desta luta com o movimento operário sob influências anarco-sindicalistas.

Sobre a indústria têxtil da Santa Maria em Sorocaba:

Os operários são avisados de que passariam a trabalhar 15 dias de dia e 15 de noite. À hora do almoço desse dia, os operários combinaram não entrar, colocando-se à porta da fábrica. O patrão saiu, então, para lhes falar que fazia isto em benefício dos próprios trabalhadores, "zombaria que não convenceu as mulheres, pois convém dizer que os homens, os membros do "sexo forte" se comportaram neste caso muito fracamente".

O jornal salienta a reação do patrão diante da "resistência feminina" a que as mulheres responderam que queriam um salário melhor "e um pouco mais de descanso" (jornada de trabalho era de 12h.). O patrão tentou ainda argumentar que o trabalho noturno seria por pouco tempo (uns dois meses). "Os operários que tem geralmente uma boa dose de ingenuidade, entraram submissos, excetuando algumas mulheres que pediram a conta, pois não queriam continuar sendo vítimas da exploração ali praticada"⁽²¹⁾.

A ação consciente porém isolada dessas mulheres

(21). *ibid.*, 22/1/07

caracteriza um dos prismas da operária frente ao K. Quiçás por falta de maiores informações, este é o caso em que está ausente em respaldo sindical, ou por outro lado, representa o esboço de lampejos conscientes num grupo de operárias descontentes com sua situação de trabalho, cientes da exploração a que são submetidas mas não da força de que são capazes para subverter a relação capital-trabalho.

Na fábrica Santa Anna continuava a greve dos 45 operários da seção de lã, segundo os informes do Sindicato dos Trabalhadores em Fábrica de Tecidos⁽²²⁾. O artigo noticia a prisão de um dos grevistas que impediu os operários de entrarem na fábrica e outros dois que estragaram os teares. Também anuncia a convocação de uma assembléia do sindicato para este dia a fim de tratar da greve.

"Os grevistas fazem um vivo apêlo aos operários do ofício para que não vão à fábrica do Sr. Penteado enquanto este não cede às reclamações dos grevistas", que tecelões e tece-deiras não traíam seus companheiros de luta.

Porém a 10/5/07 o jornal informa que terminou a greve com resultado desfavorável para os operários. Foram demiti-dos alguns operários "e como em todas as greves perdidas, dos mais ativos e conscientes".

Mais uma vez do interior da classe operária aparecem as dificuldades da luta pelos seus direitos. A União entre os operários tem contra si a sobrevivência de cada um, cada vez mais precária que aceita as regras do jogo dentro da fábrica para não engrossar as fileiras dos desempregados.

(22). *ibid.*, 15/4/07

A existência de um exército de reserva crescente explica o raio de manobra do capitalista perante as frequentes greves dos operários. Entretanto a sabotagem e a boicotagem, armas também utilizadas pelos operários demonstrou surtir efeito em certas ocasiões.

Os operários da fábrica de tecidos São Joaquim , no Rio de Janeiro, entraram em greve para obter aumento salarial e outras melhorias necessárias. "...o dono da fábrica sabendo que o pessoal estava disposto a empregar a "sabotagem" tratou de chamar os operários e disse-lhes que cedia a tudo que pedissem. Operários e patrões entraram num acordo imediatamente". Outra "greve exemplar" foi a dos operários da Fábrica de Tecidos Pau Grande (Rio de Janeiro) quando os operários apresentaram uma tabela ao dono da fábrica. (23)

As costureiras e o Movimento Operário

O movimento operário tomou a ofensiva nos primeiros anos do século XX. O ano de 1906 marca a realização do 1º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro a 15 de abril.

O crescimento e a ampliação das bases do operariado organizado dão novo impulso aos conflitos trabalhistas.

No 1º Congresso foram discutidas teses como "a sociedade operária deve aderir a uma política de partido ou conservar a sua neutralidade? Deverá exercer uma ação política?".

Respondendo a esse tema assim se manifestou o 1º Congresso: "... aconselha o proletariado a se organizar em soci

(23). *ibid.*, 13/10/07

idades de resistência econômica, agrupamento essencial, e sem abandonar a defesa, por meio da ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a por fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência de uma doutrina política ou religiosa, ou de programa eleitoral".

O jornal A Terra Livre critica severamente o texto apresentado pelo Congresso:

"... esta moção está redigida com a mais perfeita neutralidade. Não ataca nem defende qualquer tática ou meio de ação: registra simplesmente o fato dum desacordo existente neste ponto e busca, indiferentemente às questões de partido, um terreno de acordo, que vai achar nação própria do sindicato, considerado apenas como agrupamento de trabalho, com interesses econômicos idênticos".

A fidelidade ao anarco-sindicalismo transparece em sua robustez nas palavras do jornal. Assim, o sindicato é considerado a organização dos operários contra o patrão individual e aqueles de um mesmo ofício, sendo a arma por excelência contra o regime do salariato, o estandarte na luta de classes dentro do capitalismo.

"A ação direta, sem intermediários, do sindicato sobre o patronato e a autoridade política, é exercida com os meios próprios da associação, que precisamente para agir se constituiu. Fora do sindicato os indivíduos e os grupos políticos põem em ação as suas táticas particulares. Só assim é que o movimento operário não ficará subordinado a um partido e a so-

lidariedade entre os trabalhadores será eficaz e segura"⁽²⁴⁾.

Do 1º Congresso tirou-se como prioritária a luta pela jornada de trabalho de 8 horas e o aumento salarial - questões imediatas -. Foram tratados ainda os assuntos relativos à criação da Confederação Operária Brasileira e questões como a organização de setores que ainda não se filiavam a sindicatos como os trabalhadores agrícolas, a mulher operária, os mineradores, e os trabalhadores marítimos e da construção civil. Coube à COB incentivar a criação dos sindicatos de resistência entre os trabalhadores desses setores.

Dois meses após a realização do 1º Congresso as costureiras de sacos de São Paulo resolveram associar-se, a ex. das costureiras de Santos e Rio, "... na defesa de seus interesses e melhoramento de suas tristes condições". Contudo o leve despertar das operárias não passava despercebido à polícia. Após uma reunião das costureiras, "o companheiro que tomara a palavra, esperava tranquilamente o bonde que o conduziria ao centro da cidade quando foi preso e conduzido à polícia e ali retido por algumas horas"⁽²⁵⁾.

Ao que tudo indica, a mulher operária estava sendo uma das preocupações do trabalho de conscientização realizado pela imprensa anarquista.

Três mulheres publicaram um manifesto em A Terra Livre pedindo a ajuda das companheiras operárias:

"... não nos deixareis sós a reclamar os direitos que nos cabem indiscutivelmente".

(24). *ibid.*, 28/6/06

(25). *ibid.*, 13/6/06

O artigo salienta que as costureiras não estão sós, refere-se aos amigos que surgiram na defesa das operárias: os jornais operários Avanti!, La Battaglia, Terra Livre.

Como se estivessem conversando diretamente com as companheiras, argumentam as autoras que é necessário que sejam unidas e solidárias aos outros trabalhadores que compartilham da mesma vida infeliz. Contrapõem a solidariedade de outros setores do movimento operário na última greve geral em S.P.: inclusive operários e operárias das fábricas de fósforos, tecidos, camisas, etc., o comércio em Jundiaí, "os próprios estudantes manifestaram simpatias pelos operários, tendo de ser fechada a faculdade. E, nós, as costureiras que fizemos?".

"Nós passávamos indiferentes pelo meio dos grevistas que enchiam as ruas da cidade e fomos trabalhar, mostrando que não tínhamos sentimentos, que não tínhamos sangue nas veias".

"Refleti companheiras, que devemos, nós também ser sempre solidárias com os que lutam pela libertação do trabalhador, se queremos igualmente ser ajudados nas nossas mais do que justas reclamações".

O artigo deslança seus propósitos na listagem de reivindicações das autoras:

1. contra o trabalho noturno, "porque isso é vergonhoso e desumano".

2. jornada de trabalho de 8 horas; "... em muitas partes os homens conseguiram a jornada de 8h. já desde 1856, e nós, que somos do "sexo frágil", temos que trabalhar até 16 horas".

3. a questão sermão e a exploração do trabalho.

4. apelo aos próprios pais para que as ajudem. Pais: "Não deveis falar só quando estamos em casa, mas na cara dos nossos desumanos patrões, cujos negócios crescem dia a dia".

5. salário: "Que nos dão eles, os abutres, em paga de tanta fadiga? Um salário ridículo. Uma miséria!".

6. horas de descanso: "... para dedicarmos alguns momentos à leitura, ao estudo, porque quanto à instrução, temos bem pouca; e se esta situação continua, seremos sempre, pela nossa inconsciência, simples máquinas humanas manobradas à vontade pelos mais cupidos assassinos e ladrões"⁽²⁶⁾.

A palavra máxima enfim era a união e solidariedade na luta contra os patrões. "Sim! contamos com vosso apoio de irmãs e companheiras e assim a vitória será nossa. Mãos à obra!".

A traição entre os companheiros e os perigos da conciliação e compromissos com os patrões são duas constantes que o movimento operário anarquista teve que enfrentar e duramente combater. As costureiras não escaparam à regra. São incisivos os manifestos:

"não devemos, porém esperar que nos concedam o que nos pertence, quando lhe agrada: devemos tomá-lo por nossas mãos, pois temos o direito e o poder de o fazer. Não nos deixemos sobretudo adular com falsas concessões e promessas por parte dos nossos sanguessugas"⁽²⁷⁾.

A ação direta com os meios próprios das operárias, estas as táticas a empregar. "Meditai, refleti bem, companheiras,

(26). *ibid.*, 28/7/06

(27). *ibid.*, 15/8/06

pensai que, se vós mesmas não tratais de melhorar a vossa parte ninguém se importará de vós"(28).

Não faltaram estímulo e apoio às costureiras para que permanecessem na luta:

"O meu ardente desejo é que as vossas palavras sejam mais eficazes do que as minhas; ninguém melhor de vós pode descrever a verdade rigorosa dos fatos, revelar a exploração in fame, e as péssimas condições de horário e salário".

"Continuai firmemente na vossa campanha que toda a classe operária está convosco. Do mais declaro-me desde já ao vosso dispor, se as minhas debéis forças vos forem de algum proveito", afirmava F. de Paola em A Terra Livre. Defendera as costureiras em La Battaglia desde 1904.(29)

Os manifestos das costureiras tiveram realmente repercursão nos meios operários. Eram discutidos nas famílias on de haviam costureiras, suscitando o aplauso dos setores operários organizados.

Porém o jornal ainda perguntava: "As costureiras serão finalmente capazes de tenacidade e energia abandonando a sua habitual submissão resignada? Nós desejamos e esperamos que nenhuma dificuldade as desanime e que saibam enfim obter um tratamento mais humano".

Nesse interim as costureiras de saco reclamam um pequeno aumento de salário. "Os patrões temendo uma greve que viria prejudicá-los bastante nesta ocasião, cederam imediatamente ao pedido das costureiras"(30).

(28). ibid., 15/8/06

(29). idem.

(30). ibid., 9/9/06

Mas... as costureiras estavam engatinhando no movimento operário. Demonstraram desorientação frente ao capital, e contrariando as práticas anarquistas entregaram uma petição ao prefeito.

Requeriam a entrada nas oficinas às 8h. da manhã e cerrar às 7h. da noite. O que acontecia é que fechavam as portas às 8h. da noite, quando fechava o comércio mas continuavam trabalhando até às 11h., meia-noite. Ora, a petição da maneira como foi encaminhada já continha ela própria os meios com que os patrões poderiam continuar mantendo a mesma jornada de trabalho, só que desta vez com as portas cerradas às 7 horas!

O jornal insiste em mostrar-lhes que esta atitude em nada as beneficiará, ainda mais se tratando da autoridade política em questão, "um indivíduo que ainda não muito, causou o assassinato e o encarceramento de alguns dos nossos irmãos de trabalho!" (greve dos operários da Companhia Paulista, deflagrada pela Liga Operária de Jundiaí e de Campinas a 15 de maio de 1906).

As críticas às costureiras são severas. "Com a petição as costureiras mostraram grande falta de senso prático e de vontade própria: em vez de recorrerem a suas próprias forças, recorreram logo à autoridade e ainda por cima ao prefeito".

Do ponto de vista anarquista isto era inconcebível. Expressão de puro reformismo. "O que é nosso não devemos mendigar mas tomá-lo como pudermos. Se não podemos hoje, tentaremos amanhã ou depois, agindo sempre. É afinal, o único caminho". À petição, os anarquistas respondem com a ação direta: a greve, a sabotagem, e assim também a mulher operária consciente, inti-

ma o artigo.

Mas mesmo assim era preciso mostrar e rechaçar o encaminhamento feito pelas costureiras. Pegando o mal pela raiz, o jornal afirma que "... a reclamação de todas as costureiras , cai na inabilidade de não reunir a solidariedade de todas as costureiras, de não interessar muito, palpavelmente todas as operárias da agulha empregadas nas oficinas". Algumas oficinas do centro já dispensavam suas operárias às 7h., outras às 7,30h.. "O grito de apelo e união devia ser: recusar trabalhar mais do que as horas compreendidas entre 8h. da manhã e as 6h. da tarde com 1h e meia para o almoço. Que as portas continuassem abertas, importaria pouco"⁽³¹⁾.

Claramente, a proposição do artigo insere-se na luta anarco-sindicalista pela jornada de 8h. repudiando com todas as suas forças o recurso da autoridade para resolver problemas dos operários.

Progressivamente, estreitam-se as relações das costureiras com o movimento operário. A Liga de Resistência das Costureiras, existente no início de 1907 dará maior consistência à luta das operárias, participando mais diretamente da orientação anarquista ao movimento operário. Chegou a realizar festa em benefício de sua caixa com representação, tombola e o "costumado baile".

A busca era sempre a confraternização operária e conseguir cada vez mais a incorporação das costureiras na Liga.

A luta pela jornada de 8 horas que unia os operários começa a ter seus reflexos na organização da mulher operária. Da mesma maneira o ex. dado pelos operários do Moinho Mata

(31). *ibid.*, 22/9/06

razzo, em greve por aumento de salários, horas de descanso e melhoria do tratamento dos empregados. Este movimento culminou com a boicotagem dos produtos Matarazzo, decisão assumida pela Federação até que se chegasse a um acordo com o sr. Francisco Matarazzo.

Durante o ano de 1907 o movimento operário teve seus grandes momentos. Articulam-se os trabalhadores dos vários setores sindicalizados e a luta se estende para o interior do estado agremiando as cidades de Campinas, Santos, Ribeirão Preto, Bauru, São Roque, Pilar. Os focos grevistas atingem carpinteiros e pintores bem como metalúrgicos e gráficos. Nas fábricas têxteis os operários paralizam os teares. As costureiras entram em greve e conseguem 9h. e 9,30h. de trabalho mais aumento dos ordenados. A greve porém continua nas casas que não cederam às reclamações das operárias.

A explosão de greves espalha-se pelas categorias existentes no mundo do trabalho daquela época da história operária:

- empregados da Limpeza Pública
- encanadores e funileiros
- trabalhadores em olarias
- vidraceiros
- jardineiros e anexos
- fábricas de pentes e barbantes
- operários passamaneiros
- marmoristas
- canteiros
- lavadeiras

Poucos dados temos sobre a organização desses setores mas são operários sensíveis à propaganda anarquista e permeáveis nesse período à suas táticas e estratégias. O que imediatamente nos é revelado pela imprensa operária é a disposição desses setores para a ação direta, princípio inconfundível do anarco-sindicalismo.

A ação operária temos que explicitar não se restringia a São Paulo. Mesmo porque o jornal pesquisado muito se preocupava em manter relações com o movimento operário nos outros estados e além-mar, revelando seu caráter internacionalista e inter-regional. De regionalismo bastavam as oligarquias!

No Rio Grande do Sul instalava-se a Federação das Fábricas de tecidos sendo que na Bahia aconteciam greves nas fábricas de tecidos por aumento de salário. A imprensa operária estendia-se do Amazonas ao Rio Grande e o anarco-sindicalismo saía fortalecido.

O trabalho realizado com e entre as costureiras repercutiu na greve de novembro de 1907 quando pleitearam aumento salarial, o que foi negado pelos patrões. Nessa ocasião realizaram várias reuniões na União dos Sindicatos (Federação Operária) "sendo (estas) muito concorridas".

"Reuniram-se também os cortadores e resolveram ser solidários das costureiras e expondo a sua precária situação".

Foram elaboradas tabelas de preços pelas costureiras que seriam apresentadas às lojas.

O movimento sofreu repressão policial sendo preso um dos cortadores por ter demonstrado entusiasmo na defesa das costureiras.

Um dos grandes inimigos dos grevistas sempre fo-

ram os crumiros, que ignorantes da luta operária aproveitavam esta brecha para obter o famigerado emprego. É deveras pertinente um estudo da curva de empregos neste período o que daria a extensão do exército de reserva.

As costureiras conscientes, pois, estavam atentas às crumiras. A polícia prendeu 12 mulheres "... quando estas tentavam impedir que uma crumira fosse procurar trabalho. Foram conduzidas à Central e maltratadas pelos agentes que as ameaçavam com as bengalas" (32).

O acompanhamento da luta da mulher operária neste período revela que as dificuldades eram muitas. Mercê de uma ideologia burguesa que a define como "sexo frágil", submissa e capaz de tarefas tacanhas circunscritas à esfera do lar, a mulher contrapõe esses valores ao participar da produção social. Sua experiência de trabalho, a exploração e maus tratos a que se vê submetida, colidem com a definição e papel da mulher entendida pela visão burguesa do sexo feminino.

Ao movimento operário não devem escapar essas sutilezas. A incorporação da mulher operária na luta revolucionária implica na destruição da mulher "governadeira" cuja capacidade de decisão e raciocínio são dirigidas tão somente para os afazeres da casa.

De muito valeu o aprendizado das costureiras. Através de seus próprios meios traçaram seu caminho no interior do movimento operário. A solidariedade dos companheiros impulsionou-as contudo, de acordo com os princípios anarquistas, não

(32). *ibid.*, 26/11/07

lhes ditando normas a seguir nem colocando-as sob o controle dos operários mais organizados.

O anarco-sindicalismo mostrou-se sensível às limitações específicas da mulher operária. Por meio do jornal A Terra Livre salientou a importância da conscientização desse potencial humano cuja exploração desdobrava-se na família e no trabalho. Revelou e aderiu aos reclames das mulheres conscientes que consideravam sobremaneira importante a educação da mulher operária, um dos requisitos na implementação da teoria e prática anarquista.

3. As lutas operárias da década de 10 e a participação da trabalhadora nos movimentos grevistas

A situação específica da mulher na sociedade capitalista cruza-se com o movimento de emancipação dos trabalhadores.

Os anos 10 representam um salto qualitativo na organização e mobilização operária. Após o descenso reaparece A Voz do Trabalhador, em 1913, órgão do COB, Rio de Janeiro, adotando o programa do 1º Congresso Operário de 1906, pelo sindicalismo, pela luta econômica e a solidariedade entre os trabalhadores:

"Os longos anos de luta, a prática adquirida nos encontros do trabalho contra o capital, traduzem fielmente que tudo quanto lograrmos conseguir será produzido do nosso próprio esforço, principalmente quando tivermos comunidades de vistas, quando soubermos empregar nossa força solidariamente". (A Voz do Trabalhador, 1/1/1913).

O jornal se posiciona também contra a Lei Adolfo Gordo que visava a desorganização e enfraquecimento do movimento operário, prendendo e expulsando os anarquistas sob o rótulo de "imigrantes perigosos à Nação pacífica".

A imprensa é ponta de lança na reorganização operária e reativação da COB, aceitando as adesões ao 2º Congresso Operário Brasileiro.

O trabalho de propaganda anarquista leva ao surgimento de periódicos libertários e centros de estudos sociais. No Rio de Janeiro, nesta década, destacamos A Voz do Trabalho -

dor (1908-1909/1913-1915) e Spártacus diretor responsável Astrogildo Pereira José Oiticica (1919-1920). Em São Paulo Edgard Leuenroth organiza A Plebe no agitado ano de 1917 permanecendo o jornal até 1951.

Em 1913 observa-se a criação de sindicatos e ligas entre as operárias textéis e as costureiras que filiaram-se à COB. Os tecelões fazem greve em várias fábricas do Rio de Janeiro por melhorias salariais e de trabalho. O jornal dedica sempre "algumas linhas sobre as fábricas de tecidos" (A Voz, 15/3/1913) ressaltando a situação deplorável de homens, mulheres e crianças. Trabalha a família inteira e mesmo assim não ganham nem para comer o clássico feijão e a carne seca. O artigo considera vergonhoso as condições de trabalho da mulher e do menor. Levanta-se o menor às cinco da manhã para se meter na fábrica ganhando 500 mil réis nas longas 10 h. de trabalho do dia. Trabalho que lhe é penoso, que destrói seu organismo tornando-os vítima do raquitismo e da tuberculose. Esta a "humanidade futura".

A mulher então trabalha "muitas vezes até o último mês da gravidez e depois durante os meses que amamenta, ou devia amamentar, dando assim à criança leite artificial, intoxicando o estomago com drogas que além de artificiais, os comerciantes falsificam para obterem mais lucro e enriquecerem mais rapidamente".

Em vez de passar os poucos momentos de descanso em tavernas e outros antros de vício o autor propõe a ida dos companheiros às associações, discutir e trocar idéias; uns com os outros sobre os assuntos que os interessam mais de perto ou nas bibliotecas lendo os livros dos grandes escritores.

Lá chegariam à conclusão de que "é melhor, mais digno e mais humano exigir do patrão um ordenado suficiente para sustentar a família do que trabalharem mulher e filhos para o próprio sustento e ainda assim comendo mal, ou melhor dizer, não comendo, pois o que comem e nada é a mesma coisa".

Em Petrópolis, os tecelões em greve na Fabrica Cometa "depois de serem vilmente enganados recorreram ao meio prático de conquistar o que dantes pediam e que para este fim aplicaram a sabotagem".

"A fábrica está com todas as vidraças parti - das, telhados estragados, muitos teares e outras máquinas foram danificadas ou inutiliza - das".

Mais de 70 trabalhadores foram levados à delegacia onde foram interrogados. Os "delegadetes" queriam saber quem era o cabeça, "não conseguindo saber coisa alguma, depois de esgotar todas as artimanhas começaram a ameaçar, e aprovei - tando-se da fraqueza do sexo, amedrontam com ameaças estúpidas uma pobre operária, pobre mas ativa que nada revelou aos moder - nos inquisidores".

Os militantes da COB participavam das greves dos textéis, solidarizando-se com os companheiros perseguidos pela polícia. Depois de uma longa luta a greve em Petrópolis termi - nou. Os operários não ganharam tudo que pediam mas obtiveram o principal: diminuição da jornada de trabalho - 1/2 hora a menos - e pagamento por metragem que equivale a 10% "pois a ladra diretoria da fábrica não pagava aos tecelões as frações de 10 metros". 108 metros de tecidos eram pagos como 100 m. "Arredondando para o patrão".

Os mais conscientes não satisfeitos com a vitória parcial recorreram à greve geral para alcançar a vitória completa. A greve geral seria um protesto contra o que os operários pediram.

Os operários da Fábrica Santa Isabel atendendo aos pedidos dos grevistas nomearam uma comissão e falaram ao gerente que sem grandes objeções concordou em paralizar a fábrica. À tarde, quando a fábrica apitou os operários a abandonaram. O gerente da fábrica Cometa mandou de seu "quartel-fábrica" um "alferes" que foi recebido por ameaçador murmúrio entre os operários e pelo gerente que o mandou embora, dizendo que não estava para sustentar vagabundos e não necessitava de ninguém para manter a ordem pois, os operários não são bandidos nem coisa semelhante.

Abandonando a fábrica, os trabalhadores de ambas as fábricas (Cometa e Santa Isabel) foram à fábrica S. Pedro de Alcantara e uma vez ali uma comissão foi entender-se com o gerente para paralizar o trabalho mas os policiais não tardaram a chegar. A delegacia era perto. Esperaram que os operários seguissem adiante, onde tinham preparado uma emboscada. Foram presos três operários.

No dia seguinte voltaram todos ao trabalho, "deixando para mais tarde, depois de bem organizados, um movimento melhor".

Foi requerido habeas-corpus para soltar os presos e, à noite, à delegacia, uma grande comissão de operários ali esteve munida de um ofício do Centro Primeiro de Maio.

O delegado feito às pressas olhou o ofício e sentenciou: quem escreveu isso é que eu queria prender, este tal de Cecílio ou Galileu Lara, que vem lá debaixo... Não quero mais ninguém aqui da Confederação, se continuarem a vir eu fecho o Centro, pois aquilo é mais Centro Operário, Centro anarquista. Lá só recebem jornais anarquistas".

O secretário do centro ao ouvi-lo, deu-lhe um exemplar da A Voz do Trabalhador.

No dia seguinte os 3 companheiros foram soltos. "Houve perseguição ao companheiro Lara que nem porisso deixou de fazer propaganda, realizando palestra com numerosa assistência".

O artigo prossegue dando um perfil de J. Gibson, diretor da Cia de Tecidos Cometa:

- "Tipo degenerado, bebedor, atentou várias vezes contra a honra de várias operárias e consta mesmo que deflorou algumas. Paga espiões para espionar a vida íntima dos casais do meio da serra, seu feudo, para aproveitar dos momentos de desavença na vida íntima desses para satisfazer seus instintos libidinosos". (A Voz, julho 1913).

3.1. O 2º Congresso Operário Brasileiro (1913) e o Relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro.

O período de 8 a 12 de setembro de 1913 marca a realização do 2º Congresso Operário Brasileiro nas sações do Centro Cosmopolita (R.J.). Dentre as moções apresentadas e aprovadas nas sessões ficou firmado o sindicalismo de resistência, cuja base é o desenvolvimento da ação sindicalista e não uma sociedade mutualista ou beneficente. Enfatizou-se a propa-

ganda do sindicalismo entre as classes trabalhadoras e métodos de organização operária e meios de ação aproveitando como norma de luta as deliberações tomadas no Congresso de 1906. O congresso aconselhava os seguintes meios:

- o jornal, o folheto, o cartaz, o carimbo, as conferências, as excursões de propaganda, representações teatrais, criação de bibliotecas, etc. aplicados através das próprias agremiações locais e estaduais, federações e pela Confederação Operária Brasileira nas várias regiões do Brasil.

Considerou-se os meios a empregar para alcançar a fixação do salário mínimo e a limitação das horas de trabalho - bandeiras da luta econômica - aconselhando-se o uso dos meios próprios da ação direta e a necessidade do operariado fortemente organizado. Portanto, o Congresso aprova a criação de centros de educação e instrução técnico-artística das classes trabalhadoras.

Na sessão de encerramento do congresso observou-se que "a assistência por parte do público foi numerosa, notando-se um avultado número de companheiras". (A Voz, set.1913)

O Congresso foi sindicalista, entretanto a maioria dos congressistas era constituída de anarquistas - mais de 50 sindicatos filiados à COB com uma totalidade de sindicalizados superior a 70.000 (A Voz, 19/8/1913).

"Fato notável! Os anarquistas baniram dos sindicatos, nas resoluções do 2º Congresso, toda e qualquer política, partidária ou não, para aconselhar tão somente, a organização, no terreno econômico, abstendo-se de lhes indicar mesmo a adoção do comunismo anarquista, como doutrina que os deva nortear nas lutas pela emancipação das classes trabalhadoras."

"É que cada qual estava ali consciente de suas responsabilidades, e, obedecendo mesmo aos princípios do anarquismo, entende furtar-se a dar tal conselho, que emanado de um congresso operário, poderia parecer ou ser traduzido por uma imposição, na organização sindicalista" - comentários de Orlando Correa Lopes, d'A Época Rio.

O setor têxtil é aquele que mais emprega a mão-de-obra feminina e menores de ambos os sexos. Por ocasião do 2º Congresso, o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro apresentaram um relatório contendo um histórico da organização. Em 1903 constituía-se a Federação dos Operários em Fábrica de Tecidos, (R.J) órgão de resistência conforme o sindicalismo francês. A 15 de agosto de 1903, do entusiasmo dos operários de tecidos brotou a greve geral da "classe", que arrastou consigo grande parte das outras "classes". Calcula-se o número de grevistas em aproximadamente 40.000 sendo 25.000 teceletes. O movimento teve a solidariedade dos alfaiates, pintores e estivadores (esses ainda não organizados, o que fizeram a partir de então).

As reivindicações eram pela jornada de 8 horas e 40% de aumento sobre os salários existentes. As conquistas foram parciais: 9 1/3 de trabalho e um "aumento insignificante no preço da mão-de-obra". O relatório considera que "moralmente" a greve geral foi um fracasso, pois houve demissão em massa, principalmente nas fábricas Carioca, Aliança e Confiança. As causas apontadas foram diversas:

- Precipitação da greve, visto que a Federação tinha poucos meses de existência e seus associados não poderiam es

tar adequadamente orientados para uma ação tão repentina. Mas achava-se que pelo fato de estarem associados "estavam os operários já senhores do necessário espírito de solidariedade e ação. Isso se compreende pela falta de experiência dos camaradas visto não ter havido nenhum movimento sério anterior que os traqueasse".

- Outros fatores teria sido a intromissão de elementos estranhos ao operariado, "notadamente um tal Francisco Fernandes que se dizia desenhista do Ministério do Interior mas era na verdade agente especial do corpo de Segurança Pública, junto ao Ministério da Justiça, segundo se averiguou depois. Foi ele mesmo que organizou o comitê de greve com mais três comparsas com o fim expresso de fazer fracassar o movimento, o que conseguiu. O comitê aconselhou aos patrões que fizessem apitar as máquinas durante três dias e que fosse afixado um boletim na porta dos estabelecimentos ameaçando de demissão os que não comparecessem durante 3 dias.

Depois de alguns meses a Federação dos Operários em Fabricas de Tecidos fechou, "ficando os operários dessa classe sem sociedade nenhuma que se interessasse pela sua emancipação ou que procurasse melhorar sua situação econômica".

Mas a organização operária reanima-se. Surge o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos em Vila Izabel ramificando-se depois para o Andaraí e Sapopemba. Em Vila Izabel o sindicato chegou a contar com 800 membros.

Em 1908 estoura a greve em Cruzeiro, na Fábrica de Andaraí. Aplicou-se a sabotagem, destruiu-se grande quantidade de máquinas, sendo os prejuízos, segundo os jornais da época

avaliados em 30 contos. A greve se desencadeou em solidariedade a 2 operários que haviam sido demitidos pelo gerente da fábrica, por fazerem propaganda do Sindicato.

O relatório prosseguiu citando o movimento que irrompeu na Fábrica de Tecidos Confiança (V. Izabel) que levou ao Lock-out dos patrões.

Um operário foi despedido pelo mestre Felipe de Moraes porque estava fazendo a cobrança do Sindicato. Tal arbitrariedade originou o protesto dos outros companheiros. "A reclamação dos operários foi atendida pelos patrões, que mandaram o referido operário trabalhar". Um grupo de companheiros, porém, resolveu ir ao escritório, em comissão, e pedir ao gerente a demissão do mestre F. Moraes. O gerente disse que nada podia fazer, que iria se entender com o diretor presidente da Companhia e portanto que os operários voltassem à tarde para saber a resposta. Assim foi feito. A comissão voltou ao escritório à hora marcada.

"Os diretores entreteram-nos até a hora da saída, receosos de que os reclamantes agissem violentamente, respondendo-lhes que não podiam atender à reclamação visto que o tal mestre ia fazer-lhes grande falta. Os operários saíram e reuniram-se, à noite, no Sindicato, para resolver sobre o caso".

No dia seguinte a fábrica aparece fechada pelos patrões e no portão afixado um boletim com o nome dos operários mais influentes demitidos e marcando o dia em que os outros operários podiam ir trabalhar. Dessa maneira, a resistência operária encontra a arbitrariedades da polícia e a traição dos krumiros "que fizeram pender a vitória para o lado dos burgueses, pro

prietários da fábrica". Terminou o movimento e o Sindicato de Vila Isabel assim.

Em Sapopemba os trabalhadores continuaram organizados por muito tempo. Reclamaram então dos patrões a demissão de um contra-mestre. Esperaram a resposta dos patrões o dia seguinte. Enquanto isso, retiraram-se para suas casas, confiantes na justiça de sua causa.

"Os patrões, porém, combinaram o serviço com a polícia e esta, às 2h. da madrugada arrombou e assaltou o domicílio dos operários, prendendo grande número deles e obrigando-os logo depois a retirar-se da localidade". Termina ali o sindicato...

Diante dos resultados da ação operária propõe-se que os companheiros do sindicato sejam:

"Um pouco mais sindicalistas, quer dizer, se os camaradas tivessem um pouco mais de consciência de seus direitos, ganhariam infalivelmente, porque as máquinas sem o braço do operário nada produzem e os patrões não as tem para ficarem inativas. Mas os camaradas julgam que o dar mil réis mensais para o Sindicato basta para vencer greves. É exatamente por isso que se perdeu todas elas. É que para que elas sejam vitoriosas é preciso que cada operário por si mesmo seja soldado e general ao mesmo tempo: é preciso que quando se declarem em greve, saibam todos como se hão de conduzir, dispensando os comandantes; é preciso que, quando forem presos os companheiros mais influentes, eles continuem a lutar com a mesma coragem até vencer".

A avaliação da organização vai mais adiante. Considera-se que antes de se fazer experiência se construa uma base mais sólida. Depois de bem orientados então agir sem pressa. Vale mais esperar um tempo para vencer, do que não esperar e

ser derrotado ao primeiro encontro. Desde que "Os patrões estão mancomunados com a polícia", se isso continuasse o remédio operário seria:

"que as reclamações sejam precedidas pela sabotagem completa e inexorável e que cada qual coloque à cabeceira da sua cama uma boa arma de fogo e se disponha a repelir os cães danados como eles merecem ser repelidos".

Em 1913 ressurge o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos, com mais força e com a experiência das lições anteriores querendo organizar-se "em condições de lutar com vantagem contra essa burguesia canalha que nos explora tão desabusadamente, devido à nossa falta de união e consciência".

O sindicato apela a todos os operários da categoria que se organizem e se orientem na ação sindical, "para que possamos melhorar a nossa situação econômica, que é das mais críticas".

Apresentamos abaixo um levantamento das condições de trabalho da "classe têxtil" do Rio de Janeiro. Esse estudo foi feito pelos próprios operários, conscientes, sindicalizados. O retrato da classe tirado por ela mesma.

				MÉDIA	
				DESPESAS	
SALARIOS (diários)	H	M	Crianças	Solteiros	Casados
Arriagem	3\$			110\$	210\$*
linho e algodão*	4\$	2\$500	800 réis		
Tecelagem	4\$	2\$500	7 anos =		
Lã	5\$	2\$500	idade mínima		

* família: mulher e 3 filhos

Confrontando o salário e as despesas dos trabalhadores observa-se um déficit das últimas em relação aos vencimentos. Ou seja, o homem ganhando 4\$ diários em média, descontando os feriados e domingos que não trabalha, no fim do mês recebe 90\$. Se solteiro vive com um déficit de 20\$. Sendo casado ainda que a mulher e os filhos trabalhem há um déficit de mais ou menos 15\$. Vejamos:

FAMÍLIA OPERÁRIA

	DIÁRIOS	MENSAL
H-	4\$	90\$
M-	2\$ 500	55\$
Filh.	800 réis	198\$

Assim sendo, os operários trabalham demais até permitirem suas forças, sujeitos à tuberculose, anemia e sub-alimentação. Por outro lado, a higiene na fábrica é péssima e sem ventilação, pois não há janelas. Além do mais, há o pó que as máquinas fazem ao manufaturarem a fazenda, a oficina suja (nunca é lavada); "as lançadeiras que os operários são obrigados a chupar, sendo que existem lançadeiras que não exigem auxílio bucal mas que não são adotadas aqui e não serão enquanto os operários não obrigarem os patrões a o fazerem".

A jornada de trabalho é de 9 1/2 a 10h para todos os operários, sem distinção, homens, mulheres, menores e adultos.

"E aí tendes, caros camaradas, as condições de vida desses que trabalham a existência inteira a fabricar fazem vestir os outros, enquanto que eles próprios andam cobertos de andrajos, como vagabundos que nunca trabalhassem".

A Comissão, Rio - agosto 1913

(A Voz do Trabalhador- 1913)

3.2. A Conjuntura Econômica de 1913-1920

Os trabalhadores expressam através do jornal que o sentimento de revolta é presente implicando em esforços de reorganização e arregimentação da classe numa conjuntura, na verdade, desfavorável ao movimento operário. O que não quer dizer que o período 1907-1913 não tenha sido excelente tanto para o aumento da produção quanto para o aumento da capacidade produtiva da indústria. Os dados fornecidos por Stein, citados por W. Cano, "revelam para muitas empresas do Rio de Janeiro e Guanabara, taxas de lucro extremamente elevadas". Realmente, 1913-1914 são anos-crise de pré e início da 1ª. Guerra Mundial o que provocou uma desaceleração no investimento industrial. No período 1907 a 1919, entretanto, a produção de tecidos de algodão em São Paulo quadruplicou (aumento de 325%) e do resto país aumentou em 60%. Os censos de 1907 e 1919 mostram que nesse período o emprego operário cresce em 276% em São Paulo e 65% apenas no resto do país sendo que a produção industrial paulista aumenta de 790% e 255% nas outras regiões brasileiras.

"O período da 1ª. Guerra mostraria uma forte elevação do papel-moeda em circulação e desvalorização cambial entre 1914 e 1918". (W. Cano, op.cit.)

A relação entre os custos da mão-de-obra e a taxa de salários não afetava a taxa de acumulação, pelo contrário. Sobre a segunda metade da década de 10 afirma-se que as reivindicações trabalhistas referiam-se a "aumento de salários de acordo com o aumento do custo de vida, dia de 8 horas de trabalho e proibição do trabalho aos domingos, pagamento a vista..."

(Dean). Por outro lado, "nem os salários nem o preço do algodão acompanharam a ascensão dos preços dos produtos textéis. Grandes lucros em 1916 e 1917 foram uma consequência" (Fishlow). Vale ressaltar que a produção têxtil algodoeira paulista teve um "aumento impressionante do emprego o que é bastante compatível com a expansão do parque de máquinas", fazendo isso crer que o aumento na produção têxtil foi obtido não só por aumento de horas extras. Em São Paulo foram criadas 323 novas empresas entre 1915 e 1917 dos 5.936 novos estabelecimentos criados entre 1915 e 1919. No período 1915-1917 o setor têxtil algodoeiro passava de 41 para 46 fábricas, cujos operários aumentaram de 18 mil para 23 mil (Cano, p.160; Censo de 1920 e S. Silva).

Contudo, para a classe operária, o que ocorreu foi o ônus das pressões inflacionárias e da especulação imobiliária que incidiram sobre os preços dos bens e serviços, portanto sobre o custo de vida, deteriorando, de forma acentuada, a taxa de salário real. A diminuição da entrada de imigrantes, restringindo a força de trabalho disponível ao mesmo tempo em que a demanda por novos trabalhadores crescia para atender a expansão da indústria e agricultura (exclusive, o café) paulista, uma contradição na opinião de W. Cano, (p.61) poderia ter gerado pressões altistas no sentido de que se elevasse a taxa de salário real.

No que concerne ao movimento operário, observa-se que foi duramente reprimido sob um controle policial-institucional ao mesmo tempo em que surgiam outras formas organizacionais mais amplas.

3.3. Reorganização operária, São Paulo 1914-1917: antecedentes do movimento popular de julho de 1917

"Tenho observado que todos, mesmo aqueles que parecem mais submissos tem seus arrancos de indignação, e não podem tolerar intimamente (embora o façam exteriormente) jugo ou tirania de espécie alguma".

Maria Soares, autora dessas palavras segue em frente situando a mulher na reorganização operária anarquista. Afirma que a mulher tem sido considerada como um "ente que foi, é e será dócil toda a vida, incapaz de qualquer gesto que patenteie a presença da dignidade, e mesmo a anarquistas tenho ouvido dizer que, embora o regime social se transformasse completamente, que fosse tal como nós o desejamos, nem porisso a mulher mudaria de caráter, deixaria de ser o que é hoje, isto é, instrumento nas mãos do homem". Procura mostrar que esse "pessimismo" tem desanimado e afastado, colocado "num abismo de indiferença aqueles que começavam a se simpatizar com as idéias de emancipação dos oprimidos". Pois há a revolta contra a opressão patronal, a sociedade, contra o Estado, defensor exclusivo dos capitalistas. Os trabalhadores deixaram de ser resignados.

E a mulher? É por natureza rebelde, embora uma maioria não manifesta exteriormente a sua revolta. Analisa esta aparente apatia da seguinte maneira:

"Séculos de escravidão a conduziram a esse ponto. Ruge no seu íntimo uma feroz tempestade, o que acontece com todos os submissos, que um dia, inevitavelmente se exteriorizará. Então se verá que essa explosão de ódios acumulados tanto tempo é verdadeiramente potente, acertada na sua ação_.

Mas porque as revoltas não se manifestam? Por não existirem? Maria alega "pouca-constância" de quem as "exterioriza", talvez por não poderem confiar nos outros". Aparece aí um viés vanguardista que se emaranha com uma relação entre solidariedade e voluntarismo, enquanto elementos necessários à transformação social. Dizia Maria, não se referindo unicamente às mulheres:

"Certamente que se fossem conscientes da sua personalidade não esperariam pela ação dos outros para manifestarem-se, mas também não é menos certo de que é necessário que sejamos conscientes para que haja firmeza e perseverança nos nossos atos, e também não será exclusivamente com consciência que se fará a transformação social que almejamos". Portanto "Nossa Missão" é "despertar o sentimento de revolta onde estiver adormecido, e alento aos tímidos trazê-los à luz onde já esteja desperto".

(A Voz, nov. 1914)

Realizam-se reuniões em S.P. e são constituídas as bases de Acordo da União Geral dos Trabalhadores sem distinção de raças, sexos ou nacionalidades.

Considerando como princípios fundamentais a luta K-t; antagonistas permanentes, e o sindicato "uma forma de agrupação de interesses que coliga os espoliados ante o inimigo comum: o Capitalismo", a UGT proclama que os proletários devem por em prática o axioma da "Internacional":

- a emancipação dos trabalhadores não poder ser se não obra dos próprios trabalhadores, unidos nas organizações operárias, também ao nível nacional

- a COB-. "Unicamente com esta condição poderão os trabalhadores lutar eficazmente contra os seus opressores até a completa desapareição do salariato e do patronato".

A UGT tinha como orientação servir-se "unicamente dos meios próprios da ação direta para o trabalho de propaganda e educação dos trabalhadores e sua resistência ao capitalismo".

A época é de comícios contra a carestia da vida, contra a lei de expulsão sendo a posição operária anti-militarista. Assim é que são criadas a Comissão Popular de Agitação Contra a Guerra (C P A G-RJ.) e em São Paulo a Comissão Internacionalista contra a Guerra em estreitos contatos com o movimento operário internacional anarquista nos congressos pela paz. Realizam-se campanhas pacifistas levantando como resposta à guerra imperialista a greve geral revolucionária.

3.4. 1917 - Greve Geral em São Paulo

Constituem-se as ligas operárias nos bairros industriais da Moóca, Belenzinho, Lapa, Cambući, São Caetano.

O jornal A Plebe (S.P. 1917-51), uma continuação de A Lanterna, muda de feição para promover a luta emancipadora numa esfera de ação mais ampla com um programa integral de "combate a todos os elementos de opressão que sujeitam o povo deste país, como o de toda a terra à odiosa sociedade vigente, alicerçada por toda sorte de misérias e violências".

Através de uma seção do jornal -AÇÃO Obreira- pode-se avaliar o ímpeto que toma o operariado de S. Paulo, prin-

principalmente o setor têxtil, mulheres e menores.

Reunem-se em vários bairros o Comitê Popular contra a Exploração dos Menores Operários, cujo objetivo é organizar as ligas que reconstituirão a UGT.

Os tecelões acionam movimentos grevistas, vencendo em fábricas situadas na Moóca.

"Numerosas reuniões foram realizadas durante e após a greve da Fab. de Tecidos Rodolfo Crespi, sendo elas aproveitadas para a propaganda feita por camaradas nossos".

Os trabalhadores organizam-se nas ligas dos bairros:

- 1- Liga do Belenzinho - maio de 1917. Instalação de uma sala de leitura e sessões de propaganda social.
- 2- Lapa - "grande afluência pois numeroso é o operariado daquele recanto industrial da cidade"
- 3- Liga de São Caetano - no suburbio da Inglesa foi constituída uma sociedade de trabalhadores metalurgicos.

O cotonifício Crespi (Moóca) manteve-se em greve de junho até a greve geral desencadeada a 12/07/17 por ocasião do enterro de Martinez.

"Três dias depois ninguém trabalhava, ficando a cidade quase que inteiramente à mercê do operariado"

(A Plebe, 21/07/17)

O país passava por uma crise econômica. A situação no mundo fabril eram jornadas de trabalho aumentadas em alguns setores e diminuição dos salários. As indústrias têxteis trabalhavam 3 dias na semana.

Mais do que o entendimento às reivindicações operárias, o movimento dos tecelões significa um passo adiante na mobilização feminina e na solidariedade entre operários e operárias, tão enfatizada pelas convocações e participações de companheiras nos comícios de solidariedade aos grevistas.

Os boletins distribuídos pelas ligas ressaltavam o convite "a todos os operários e operárias adultos e menores". Era premente na conjuntura de ascenso do movimento "o concurso de todas as classes trabalhadoras, de toda a população proletária":

"Companheiros

Este comício com a presença de todos, deve ser um verdadeiro expoente da solidariedade operária, de todos os, que tem sentimentos de justiça e aspirações de liberdade.

Viva a solidariedade operária!

Vivam as reivindicações populares!"

(A Plebe, 9/7/17)

Nas ligas o discurso adquiria um teor político. Os camaradas e companheiros falavam da questão social e demonstravam que

"a organização trabalhadora só corresponderá às necessidades do movimento tendente à emancipação proletária, se não se deter nas lutas para as pequenas e nulas melhorias imediatas e, ao contrário, trabalhar com o fim de conduzir a classe trabalhadora à Revolução Social"

(A Plebe, 23/06/17).

As manifestações grevistas em 1917 são numerosas e

de grandes contingentes de trabalhadores. Ocorreram "imponentes passeatas". A agitação proletária estendia-se aos bairros industriais, organizados nas ligas operárias. Os comícios são frequentes, geralmente no Largo da Sé com a participação das mulheres trabalhadoras.

"... falaram dois camaradas e duas operárias. Foi uma bela demonstração obreira. Os burgueses ouviram umas boas daquela multidão de homens, mulheres e crianças".

Para uma ação conjunta reuniram-se várias agremiações proletárias de São Paulo, por iniciativa das Ligas Operárias do Belenzinho e da Mõoca, constituindo o Comitê Geral no dia 10 de julho de 1917.

No movimento popular que se seguiu uniram-se "os esfomeados e explorados rebelando-se contra a ganância capitalista e contra todas as injustiças da sociedade burguesa".

Cabe ressaltar que os anarquistas não consideraram a greve geral de 1917 como a Revolução Social em si mesma. Foi mais uma "tremenda lição", uma demonstração da classe operária em quanto força social, capaz de balançar os alicerces da República oligárquica a partir do referencial urbano-industrial em expansão. Avaliaram a experiência ainda nos termos oferecidos pela própria classe:

"Se estivesse fortemente unida e preparada, teria podido, ao fim, impor os seus direitos.

A lição servirá, porém, e de outra vez a sua ação será mais organizada e decisiva"

(A Plebe, 21/07/17)

táticas de orientação anarquista se bem que expressassem as condições adversas da classe operária enquanto força social num país cujo centro de decisão política era controlado pela burguesia comercial e cafeeira e a questão social não era reconhecida enquanto tal. De certa forma isto garantiu a autonomia da organização sindical embora lhe dificultasse a manutenção das conquistas obtidas para os trabalhadores: jornada de 8 horas, contra o trabalho noturno para mulheres e crianças, descanso semanal, férias, direito de greve e associação.

3.5. Resistência Anarquista nos anos 1917-1920

Muitos militantes anarquistas são expulsos, outros presos, Sofia Garrido deportada. Mesmo assim as forças operárias resistem e a conjuntura de 17-20 é palco de greves no país inteiro. Em Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas os trabalhadores se revoltam.

Os jornais saúdam a Revolução Russa ao tempo em que se realizam calorosas discussões nos meios anarquistas (Spártacus, Astrogildo Pereira). Contrapõe-se a organização partidária à organização sindical na condução do movimento operário.

Após a insurreição proletária no Rio de Janeiro em 1918, frustrada pela infiltração de um tenente, a capital parecia estar em pé de guerra. Presente a repressão policial e também a solidariedade estudantil ao prof. José Oiticica acusado de ser o Lenine brasileiro. São cometidas violências e prisões mas mesmo assim mais de 20.000 operários textéis recusam a trabalhar. Reivindicam:

- "1º - completa liberdade de pensamento;

- 2º - seis dias de trabalho por semana;
- 3º - salário mínimo;
- 4º - oito horas de trabalho por dia".

A imprensa operária reage contra as expulsões, deportações e prisões dos companheiros. Formam o Comitê-Pró-Presos do Rio de Janeiro com advogados para defender os 14 "chefes do movimento". Diante do revide do movimento social as autoridades vacilam e como o movimento libertário se intensificasse realizando campanha em todo o país, em favor dos presos, todos são postos em liberdade e os deportados voltam aos seus lares.

Em março de 1919 os libertários fundam o 1º Partido Comunista do Brasil, entendendo "Comunismo" como uma sociedade sem Estado, não se tratando de partido com fins eleitorais, sem filiação a Moscou, baseando-se sua filosofia nos ideais libertários-comunistas de Kropotkine, Cafiero e outros.

Irrompeu no 1º de maio deste ano em São Paulo greve de todos os trabalhadores das fábricas de tecidos, padarias, artes gráficas, atelieres de costura, fundições, serrarias, frigoríficos etc. em aproximadamente 50 mil, atingindo também os subúrbios e indústrias intermediárias.

Edgar Rodrigues relata com precisão este episódio da história dos trabalhadores. Organizados no Conselho Geral dos Operários deliberaram constituir também um Comitê Executivo escolhido entre homens e mulheres das Comissões Operárias.

"Os grevistas formularam as seguintes reivindicações pela imprensa:

- a) dia de 8 horas de trabalho;
- b) repouso semanal ininterrupto de 36 horas;

- c) proibição de trabalho de menores de 14 anos e trabalho noturno das mulheres;
- d) estabelecimento de um salário mínimo baseado no custo de vida e pagamento semanais;
- e) igualdade de salários das mulheres e dos homens.
- f) Completo respeito por parte dos Poderes Públicos às Associações Operárias, e plena liberdade de pensamento;
- g) Redução dos preços dos gêneros de primeira necessidade e seu congelamento. Para esse fim, deve organizar-se um Conselho de Alimentação controlado pelas Associações Populares, a quem serão concedidos direitos de requisição;
- h) os Conselhos de Alimentação terão o encargo de impedir a falsificação dos gêneros primeira necessidade;
- i) redução imediata dos aluguéis, com a concessão de moratória para os pagamentos em atraso, a ser decidida pelo Conselho de Alimentação e Aluguéis.

Parágrafo Único - "Todas as reclamações devem ser imediatamente postas em prática, de conformidade com decisões sindicais operárias, ou diretamente com a própria corporação" (A Situação, Juiz de Fora, 19-5-1919, ano 1, nº 8. in E. Rodrigues, Trabalho e Conflito, pp. 206-207).

O conselho protestava contra as prisões de trabalhadores incluindo nas condições de acordo "A imediata liberação dos mesmos" (A Plebe, 10/5/19)

Nesse alvoroço foi fundada a Liga Comunista Feminina no R. Janeiro, tendo à frente Maria de Lourdes Nogueira. Solidarizava-se com o Partido Comunista do Brasil aprovando a 27

de maio de 1919 as suas bases de acordo, tendo como apêndice os "Princípios do Socialismo Anarquista" dentre eles o Amor-Livre:

"O marido é companheiro da mulher e não chefe, a ela unido, não por laços jurídicos, senão apenas por amor". A família é vista enquanto "produto natural da associação humana".

(José Oiticica, secretário-redator do PC do Brasil)

1920 é o ano de realização do 3º Congresso Operário Brasileiro e do diário anarquista A Voz do Povo, órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em Geral. Colaborava a professora Maria Lacerda de Moura, figura de proa na luta pela emancipação humana, escritora de obras inigualáveis sobre o amor libertário, a mulher liberta. A ela dedicarei uma seção no desenrolar do trabalho.

Professoras fundam em janeiro de 1920 o grupo feminino de Estudos Sociais publicando a 7 de fevereiro "Um Manifesto à Mulher Brasileira". Propunham agremiar todas as mulheres emancipadas do Brasil para o combate sistemático e eficaz à escravidão moral e jurídica que aviltam, asfixiam e degradam o sexo feminino.

3a. Parte

A QUESTÃO FEMININA E A TEORIA LIBERTÁRIA

Introdução

"O progresso social se pode medir com exatidão pela posição social do sexo belo (inclusive as feias)", Carta de Marx à Kugelmann - 1868.

"A mulher operária não cogita da libertação feminina. Liberdade para que? A questão mais grave para a mulher operária é o excesso de trabalho que é obrigada a executar no trabalho e no lar", H. Saffiotti in Brasil Mulher nº 0, 1975.

Estas duas assertativas distantes no tempo e no espaço focalizam a mulher privilegiando sua presença no devir histórico da humanidade livre (Marx) e destacando sua miséria material na sociedade capitalista que inclui seu ostracismo sócio-político, afastando a possibilidade de sua libertação (Saffiotti).

Odes tem sido cantadas a mulher... Entre elas destacamos a personificação feminina no trabalho, experiência nem sempre aceita em si mas em correlação de necessidade com a estrutura triangular familiar; pai, mãe, filho.

Cantava o poeta anarquista Raimundo Reis à operária:

"...Para o mundo atual tu és unicamente
Fonte de exploração, máquina inconsciente,
que trabalha e procria o infeliz que amanhã
irá minas cavar, servo do potentado,
Frequentar as prisões e hospitais...e embriagado
Morrer no leito infiel de imunda barregã..."

A Terra Livre, 15/06/1910

A situação da mulher na sociedade tem sido objeto de reflexão das Ciências Humanas se bem que muito se tenha que desenvolver quanto aos pressupostos teóricos da questão feminina.

São recentes as produções científicas sobre a mulher e ainda mais numa perspectiva crítica, chegando a imprimir o estatuto de questão à problemática feminina⁽¹⁾.

Pode-se explicar tal fato pelas condições de existência da mulher na sociedade capitalista e pelo movimento social da década de 60 que avançou contra as estruturas autoritárias que mantêm o capitalismo, seja no movimento estudantil, no fenômeno "hippie", nas relações entre os sexos e classes sociais. Assim surgiram na França e nos Estados Unidos os primeiros movimentos de liberação feminina pleiteando mais do que os direitos legais como: por igual trabalho, igual salário, igual status social⁽²⁾. As reivindicações eram pela liberação total da humanidade de todas as formas de exploração. Dessa maneira a liberação da mulher requer a liberação de todos os que por sua vez requer a abolição da sociedade de classes.

(1). Um dos trabalhos mais sérios nesse sentido foi o realizado por Juliet Mitchell primeiramente em "Mulher, Revolução mais longa" publicado em 1966 pela New Left Review e em 1971 seu livro Women Estate. Este a primeira análise feminista-marxista que surge do movimento de liberação feminino contemporâneo.

(2). Betty Friedman é a representante teórica do movimento feminista liberal americano cujas demandas se dão nos limites do capitalismo, acreditando que através de reformas se "melhoraria" a opressão da mulher seja a discriminação no trabalho, ou nos direitos civis.

A expansão dos movimentos de libertação da mulher significa uma tomada de consciência da posição de opressão da mulher. Existem os problemas específicos da mulher que são perpassados pelo crivo das classes sociais. Entretanto ao nível da dominação ideológica - definir a inferioridade feminina pelos atributos biológicos - há uma igualização das mulheres enquanto sexo, o que nos leva a considerar possível a mobilização e aliança em determinadas conjunturas em torno de objetivos comuns, tais como: a discriminação no trabalho, a falta de equipamentos sociais, o autoritarismo masculino. Contudo, as mulheres não se constituem numa classe, senão quando participam política e socialmente na defesa de seus interesses de classe. São, propriamente, os momentos em que as alianças políticas de mulheres de diversas classes - proletária, pequeno-burguesa, burguesa, estudante, camponesa - , por suas reivindicações específicas, atingem o marco dos movimentos sociais. Daí o movimento feminista se torna político dentro da estratégia política mais geral.

A solução da questão feminina compreende, pois, vínculos com as organizações de classe, inserindo-se na luta pela liberdade de si mesma e da humanidade.

No terreno da prática política, a emancipação da mulher tem-se colocado como questão secundária, inserida pois, numa luta mais geral pela transformação social, que a levaria também à libertar-se da opressão, que em primeira instância é capitalista. Assim, historicamente, o feminismo foi visto como reacionário, divisor das forças sociais.

Não existiria uma consciência feminina mas, tão somente, a consciência política, que engloba as relações de

exploração na sociedade capitalista à produção social (capital x trabalho) e à necessidade de estabelecer um poder popular. Com a nova sociedade, onde não prevalecesse o lucro e a propriedade privada, principalmente, o Estado deixa de ser burguês sendo gerido pelos oprimidos pela antiga ordem, ou bem melhor, pelos seus técnicos. Instaure-se uma nova divisão do trabalho que passe por cima das classes sociais.

Mas, e a família? E as relações de produção no lar?

Engels em A Origem da família, da propriedade privada e do Estado ressaltou a situação das mulheres relacionando-as com a sociedade de classes. Reconheceu a opressão da mulher no lar, denominando-se mesmo de "Operário" da família. Avançou até nas propostas de liberação da mulher vendo como pré-requisito sua participação na produção social e a criação de serviços sociais que a "livrassem" do trabalho doméstico. Contudo, não aprofundou a relação da divisão do trabalho por sexos com a propriedade na sociedade de classes. Não estabeleceu uma diferença nítida e clara sobre as relações de produção na família e as relações biológicas de reprodução da espécie. As mulheres no lar não são analisadas enquanto um grupo de classe, mas diluídas na sua especificidade pela própria classe, entendida a partir das relações sociais de produção capitalistas - trabalhadoras operárias/camponesas, pequeno-burguesas e burguesas.

O conceito de trabalho total social, se considera também o trabalho de subsistência, reconhece que a produção e reprodução da força de trabalho realizada pela mulher no lar, ao executar as tarefas caseiras, gera riqueza social, a maior de-

las, ou seja, o trabalho humano, aquele que cria valor. A produção de mercadorias pelo trabalhador, seu trabalho visível pressupõe o trabalho feminino "invisível". Também se produz na unidade econômica familiar, na verdade, lá está a infra-estrutura da própria acumulação. A mais-valia gerada na produção vem acrescida do trabalho feminino "invisível", contém o trabalho não-pago da operária da família.

Visto que no capitalismo a mulher é chamada ao trabalho transformando-se também em assalariado, em geral para ajudar no sustento da casa, nem por isso se desobriga das atribuições femininas no lar. A operária é também mulher e lhe advém pois um dupla jornada de trabalho, na família e na fábrica.

Considerando-se que a inserção da mulher na produção social é um nível primeiro de participação na sociedade em que vive e que a participação da mulher nas relações de produção é um dos requisitos para a busca de participação consequente no processo sócio-político perguntamos pelas condições em que esta se deram historicamente, no Brasil e no mundo, tendo como referencial os canais de expressão dos trabalhadores, procurando aí a questão feminina como ela se lhes apresentava.

1. A Dupla Jornada de Trabalho: sobreposição de situações de opressão e especificidade da mulher na sociedade capitalista.

O desenvolvimento social produzido pelo advento da grande indústria e a expansão das relações capitalistas de produção levaram à expulsão do camponês e do artesão de suas funções sociais. O camponês se vê privado da terra e o artesão de

seus instrumentos de produção. No caso do artesão, a produção industrial capitalista priva-o dos fundamentos essenciais de sua atividade produtiva: os meios de produção e o valor de troca incorporado no seu conhecimento profissional⁽¹⁾.

Essa transformação social em que um novo progressivo modo de produção instaurava-se teve consequências profundas nas relações de trabalho e condições de vida da classe operária nascente, então sob o regime de "escravidão de fábrica".

Temos que salientar que esta classe se forma sem uma história anterior enquanto classe, sem um patrimônio de conhecimento, um sistema de valores e de modelo de vida.

Neste contexto a família perde sua função de unidade integrada de produção⁽²⁾, com uma divisão de trabalho que era compreendida como natural, onde a opressão de classe coincidia com aquela do sexo feminino pelo masculino. A família limita-se a unidade de reprodução e consumo que na primeira fase do desenvolvimento capitalista restringia-se tão somente ao mínimo vital necessário a reintegrar a força de trabalho. A vida familiar subdivide-se em vida social e vida doméstica. O homem tem papel dominante na vida interna da família aceitando "o conflito econômico com o patrão da fábrica, pois a luta de classe que lhe concerne mantém-se estranha à instituição familiar"⁽³⁾.

(1) . Maddalena, Maurizio. "La Condizione della Donna nei Dibatti della I Internazionale" in revista Studi Storici, Italia, p.1.

(2) . Apesar de se relevar a existência de empresas domiciliares, Engels destacou que "anteriormente à introdução da máquina, a fiação e tecelagem da matéria-prima eram feitas em casa do trabalhador. A mulher e o filho fiavam o fio, que o homem tecia ou que se o chefe de família não o trabalhava ele mesmo vendia". Engels, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, cit. in Maddalena, p. 158, nota 2.

(3) . Maddalena, op.cit.p.159.

Contudo, a lei de acumulação capitalista demanda um aumento constante e febril da mais-valia. Nem sempre o operário é conveniente. Nas atividades onde a mecanização aboliu o patrimônio profissional e o peso do trabalho reduziu-se emprega-se a mão-de-obra infantil e feminina a baixo custo e produtividade igual e mesmo grau de eficiência.

O aumento da base produtiva inclui a extração da mais-valia absoluta consubstanciando-se na extensão da jornada de trabalho ao seu limite físico. Esta situação de trabalho acrescentada aos ínfimos salários dos trabalhadores, conjuga os interesses capitalistas com a necessidade proletária de mandar todos os seus membros da família ao trabalho para poder conseguir o mínimo vital para sua sobrevivência.

A introdução da mulher no trabalho contrapõe-se à dimensão doméstica tradicionalmente atribuída à mulher. A situação espezinhada da operária agrava-se não por sua inadaptação ao trabalho de fábrica mas pelo papel inferior que lhe atribui a sociedade classista e sexista. Esta concepção tem produzido uma aceitação por parte da mulher desta inferioridade historicamente determinada como natural e que só pode ser eliminada através de longa luta.

O que importa distinguir no momento em relação a presença feminina na produção social é que isso significa em termos da presença sempre feminina no trabalho doméstico. Dessa maneira toda a compreensão e dimensão do contingente operário feminino, suas condições de trabalho e ocupações, reivindicações e luta sindical tem como vivência preliminar as atividades da mulher na família: a execução das tarefas caseiras. A prestação

de serviços da dona-de-casa antecede e/ou se conjuga ao trabalho produtivo sendo que num e outro atuam as prerrogativas ideológicas e econômicas capitalistas. Estas se balizam historicamente pelo desenvolvimento das forças produtivas nas diversas formações sociais e pela composição política específica das relações entre sociedade civil e sociedade política. Do ponto de vista das classes subalternas importa pois, determinar a configuração histórica de sua situação de opressão e o movimento dialético das tentativas de superação dessa situação.

A importância desses parâmetros de análise valem para uma interpretação possível da questão feminina na sociedade capitalista.

A medida que reconhecemos na família um aparelho de reprodução social cumpre ressaltar as relações existentes no seu interior. Contudo as relações entre os sexos aí estabelecidas passam pelo crivo das classes sociais. Nesse sentido é necessário ressaltar que cada classe tem sua forma específica de reprodução social o que "implicaria papéis sociais e uma inserção na produção específica para a mulher da classe trabalhadora e para a mulher da burguesia"⁽⁴⁾.

Dessa maneira haveria diferentes funções econômicas desempenhadas pela família para as duas classes fundamentais da sociedade, o que não necessariamente coincide com a justificação da instituição familiar no capitalismo. No entanto, a continuidade dessa forma de agrupamento humano é assegurada apesar das diferentes funções que desempenha para cada classe so

(4). Martinez-Alier, V., "Contribuição das Ciências Humanas à Compreensão da Situação da Mulher", in Simpósio - SBPC, 1975.

cial.

Os papéis e funções sociais que o homem e a mulher desempenham na sociedade conjugal tem um denominador comum: cabe ao homem a direção material do orçamento doméstico e à mulher a direção moral da família. Contudo na burguesia o casamento sela a transmissão da herança e as mulheres não precisam exercer nenhum trabalho doméstico. Na família proletária o trabalho doméstico adquire um peso determinado e a transmissão da herança não tem importância alguma para as classes não-proprietárias. Ao nível da ideologia dominante consubstanciada no direito da família por exemplo, prevalece a herança ou seja, a manutenção da propriedade privada, como o fundamento básico dessa instituição na sociedade.

Entretanto para as classes trabalhadoras a existência da família encontra sua razão de ser no trabalho doméstico.

Porque? Ora, as atividades domésticas - cuidar da roupa e da casa, fazer comida, cuidar dos filhos - é trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho. Sendo assim está incluído no salário ou preço da força de trabalho. Não é realmente um trabalho produtivo do ponto de vista da valorização do capital e também por realizar-se na esfera de consumo. Apesar disso, tem um valor como qualquer outra mercadoria que pode ser determinado pelo tempo necessário para sua reprodução. Do ponto de vista da organização da produção o trabalho doméstico configura-se como forma pré-capitalista de produção. Contudo, sua permanência ainda hoje está longe de ser acidental pois:

"a sobrevivência do capitalismo depende da preservação destes bolsões pré-capitalistas com os quais mantêm uma relação simbiótica a nível da circulação de mercadorias e a nível de consumo direto, sem passar pelo mercado, de valores de uso gerado em alguns destes bolsões"⁽⁵⁾.

Nessa qualidade o trabalho caseiro produz valores de uso diretamente consumidos pela família. O fruto desse trabalho não circula pelo mercado capitalista mas a dona de casa desempenha função fundamental na preservação do modo capitalista de produção, na medida em que os serviços que presta incidem diretamente na produção e reprodução da força de trabalho, mercadoria imprescindível à reprodução do capital.

A partir da convivência de dois tipos de trabalho pela mulher - o doméstico e o produtivo - é que se colocam as alternativas de sua participação na vida social. É a sobreposição de situações de opressão que caracterizam sua especificidade em relação a qualquer outro grupo social.

No entanto seu trabalho na família é visto como "atributo natural" perfeitamente ajustável a sua constituição fisiológica e mental. A divisão biológica entre os sexos e a divisão social do trabalho aparecem como decorrentes e determinantes uma da outra de maneira intrínseca. Conforme esta plataforma ideológica a divisão social do trabalho e a coerção social reforçam a fraqueza física da mulher levando-a a fazer "trabalho de mulher".

(5). Saffiotti, H.B., "A Mulher sob o Modo de Produção Capitalista", p. 3 in Contexto, nº 1, nov. 1976, Hu citec.

Porque então a mulher vai ao trabalho, torna-se trabalhadora?

As razões da inserção da mulher na produção social são determinadas não só pelo aparecimento da grande indústria e do maquinismo mas e principalmente pela necessidade de complementar com seu minguado salário a renda familiar. Isto é, a perda do poder aquisitivo do salário do trabalhador, a desvalorização da força de trabalho materializada no salário ou preço da força de trabalho abaixo do seu valor trazem a mulher à fábrica. Nesse sentido sua presença no trabalho produtivo é entendida como uma passagem necessária em determinadas situações conjunturais para a manutenção da renda familiar e não para a independência econômica ou satisfação pessoal (no caso de trabalho profissional) da mulher enquanto ser social.

Esta é a racionalização sobre o trabalho feminino assalariado via ideologia burguesa e que se manifesta na prática das mulheres trabalhadoras em seu cotidiano fabril e no próprio movimento operário, estendendo-se ao trabalhador e marido, irmão. Isto nos remete à questão da mobilização feminina, suas dificuldades específicas advindas não só de sua situação de classe mas também da percepção do papel que cumpre na família na sociedade capitalista.

2. A Libertação pelo Trabalho

Qual o lugar da liberação feminina? O trabalho ou o lar?

Esta é uma falsa questão, especialmente se nos

situarmos dentro do sistema em que ambos existem, ou seja, o capitalismo.

O trabalho tem sido a forma direta de reprodução do capital e a família o lugar de formação de quadros para esta reprodução. A mulher tem "trabalhado" mais nesta esfera privada do que diretamente para o capital. Ora, estas são as atuações dos trabalhadores e de pais, mães, filhos nos estreitos marcos definidos pelo capitalismo e porisso mesmo visando o interesse econômico da classe que o mantém, isto é, a burguesia industrial, agrária e financeira.

Quando falamos em emancipação da mulher e movimento feminista pressupomos a transformação das regras do jogo capitalista. Assim sendo, a incorporação da mulher à produção social tal qual a do homem implica na organização dos trabalhadores pelos seus legítimos direitos enquanto os que realmente produzem e quem tem pois, que usufruir do fruto do seu trabalho.

Se o trabalho é alienante cabe aos homens e mulheres que dele participam torná-lo promotor do desenvolvimento humano e social, seja ele desenvolvido na indústria, no campo, na casa etc. A mulher pode e deve ter acesso ao nível público da vida social. Portanto, estará presente na organização sindical profissional contribuindo diretamente para a mudança e a liberação dos homens do jugo da dominação.

Contudo, é na família que as mulheres tem historicamente se "socializado" para o trabalho, para atuar e deixar sua marca, invisível porém para os registros da história oficial. As mulheres conhecem, pois, a encarnação do patrão no lar, são "as operárias da empresa familiar". Pois bem, cada classe tem

a sua mulher e na família as mulheres de todas as classes são mães e filhas, e esses papéis sociais especificam a situação da mulher na sociedade.

A liberação da operária do lar também é fruto da organização das mulheres em torno de seus interesses de categorias. Sendo assim, coloca-se em cheque as relações de reprodução social da família - uma instituição burguesa.

Ampliar o campo de atuação na sociedade em que vive é um direito que a mulher está conquistando o que pode levá-la a liberar-se conjuntamente com o movimento social pela transformação das estruturas autoritárias e dominadoras dos homens e mulheres na família, no trabalho, na cultura.

O trabalho é uma virtude quando é livre, nós o escolhemos e através dele transformamos a natureza em prol da comunidade. Dessa maneira constitui instrumento de emancipação de homens e mulheres, uma forma de lazer.

Sejamos, pois, livres para o trabalho, para amar e beber.

Não nos sujeitaremos e não teremos que ser "preguiçosos", conforme afirmação de V. Martinez-Alier, para nos livrar-nos do trabalho "uma forma mais alta de sujeição" para a autora.

3. A Emancipação das Mulheres para os Libertários

A teoria libertária reflete propostas de superação situação da mulher na sociedade capitalista. Entretanto, não é objetivo deste trabalho aprofundar esse tema a partir das colocações dos clássicos anarquistas. Interessa destacar aqui

a percepção e encaminhamento da questão feminina e sua importância para o movimento anarco-sindicalista de 1900-1920 com fins à construção da sociedade libertária. Assim sendo, tentarei delinear o que é a emancipação das mulheres tendo como pano de fundo os artigos publicados no periódico A Terra Livre na 1.ª década do século.

No intuito de denunciar e de se manifestar sobre a situação da mulher na sociedade capitalista apareceram vários artigos no jornal discutindo particularmente as relações entre os sexos e as bases da família burguesa. Por outro lado foi significativa a posição do jornal bem como do movimento anarco-sindicalista em relação ao ensino livre e atividades artísticas como teatro, bandas musicais, etc... Percebe-se a integração das promoções culturais à propaganda libertária e a participação de homens, mulheres e crianças em todas as atividades.

Vez outra pareciam notícias da associação pró-escola moderna no Rio de Janeiro e em São Paulo e mesmo uma é outra escola livre que se criava no interior em cidades como Campinas (Escola Social), Sorocaba. O jornal divulga sua existência mas não traz informes mais detalhados sobre seu funcionamento.

Enfatizava-se na escola moderna seu caráter de oposição à escola tradicional, jesuítica e o uso do ensino racional "baseando-se na razão e não se curvando à fé"... não se fará da escola o que hoje é, uma causa de rivalidade, uma fonte de idéias absurdas..."

O objetivo maior da escola moderna é "fazer da

criança um homem livre e completo, que sabe por que estudou , porque refletiu, porque analisou, porque fez a si mesmo uma consciência própria...". Pretende promover o ensino integral, o conhecimento intelectual em harmonia com o conhecimento físico: "Havendo recursos será também cultivado o ensino profissional " (janeiro 1910).

A associação pró Escola Moderna - Rio de Janeiro promoveu "uma série de conferência para divulgar o ensino racionalista e angariar adesões para a fundação de escolas segundo esses princípios". Dentre os conferencistas estava Áurea Correia, "escritora e professora pública" que falou sobre "A Mulher e o Ensino Racionalista" (01/05/10).

Esse tipo de experiência é dos mais relevantes na configuração de uma "cultura de resistência". Entretanto, não se ignora as dificuldades de implantação e continuidade desses projetos e sua consequente amplitude relativa.

Em 1907 A Terra Livre informava sobre as escolas maternas portuguesas em artigo de Ilda Adelina Jorge, uma das fundadoras. Interessante notar a associação que a autora faz entre a educadora e a mãe, identificando-as entre si. As escolas maternas tinham por fim:

"recolher durante o dia as criancinhas pobres, filhas do proletário, livrando-as assim da escola imoral das ruas e praças públicas onde a tantos perigos estão expostas e, bem assim dos jesuítas que tudo abarcam,...".

As crianças permaneciam na escola dos 3 aos 7 anos lá encontrando alimento, vestuário e..."em cada professora, em cada pessoa que a dirija, uma mãe carinhosa". A autora pedia

auxílio aos brasileiros, que dispensassem um pouco de simpatia a esta recente instituição fundada para substituir a mãe junto dos pequeninos, a qual pelo pouco salário do marido se vê forçada a deixar os pobres filhinhos ao abandono, sem instrução quase sem alimento para ir ganhar umas miseráveis moedas em troca dum fatigante dia de trabalho". Lisboa, agosto, 1907, in A Terra Livre, setembro, 1907, grifo meu.

Malgrado as "boas intenções" de Da. Ilda, que se sensibiliza pela penosa situação dos trabalhadores (cujo salário reduzido ao seu mínimo vital levava todos os membros da família operária a deslocar-se para a produção) sua concepção do trabalho feminino e da educação infantil é bastante equivocada e contraditória, confundindo-se mesmo com a visão burguesa das atribuições femininas na sociedade capitalista. A ida ao trabalho se lhe apresenta como sacrifício inevitável a que a mulher tem que se submeter em prol da sobrevivência familiar e com custos irreparáveis para o exercício de sua "suprema" função de mãe e educadora. Revela Da. Ilda assimilação perfeita quanto a ideologia da família. A escola nada mais seria do que o 2º lar da criança, ou seja, extensão dos valores conservadores e autoritários da família dos quais a mulher é a grande difusora responsável.

A publicação deste artigo pelo jornal é contraditória com os seus princípios de luta pela emancipação humana, na qual se espera estejam também as mulheres e crianças. Permanece em vista disso uma verborrêia pseudo-libertária com a qual o jornal se compromete na medida em que a divulga à classe operária: Ilda Adelina, 24 anos, "de sentimentos altruístas" -

"Com todos esses bons predicados é evidente que Ilda A. Jorge compartilha do nosso ideal, embora não o tenha declarado, por consequência de tática, certamente" - Carta de Portugal (aos portugueses do Brasil), de Sizeurosa in A Terra Livre, junho de 1907.

Apesar dos deslizes do jornal em relação ao espaço cultural que seria coberto pela Escola Maternal na educação da criança, violentos ataques são feitos à família burguesa à mentira matrimonial que institucionaliza o amor falso e escravo entre os dois sexos. As críticas tomam a forma de artigos e também de informações da literatura sobre o Tema:

La Donna e La Família, Pietro Gori.

"Este folheto que se ocupa da "mentira matrimonial" do amor falso e do amor escravo, acha-se à venda na já citada Biblioteca de Estudos Sociais"

(A Terra Livre, setembro 1906).

O casamento na sociedade capitalista não significa a união de dois sexos diferentes mas sim sacramentar as associações de interesses que os indivíduos que dele participam representam. A. Naguet declarou que as uniões sexuais, "na burguesia, pelo menos", adquirem o caráter de prostituição ilegal ou legal, algumas vezes as duas reunidas pelo adultério lucrativo". Para o autor há uma relação de identidade entre:

"a horizontal que se vende por \$, o rufião que lhe explora os encantos e esses conjugues da burguesia, que são entretanto casados pelo oficial do registro civil, e cuja união é alcançada pelo ministro duma religião em que já não creem, embora fingindo crer"

(A Terra Livre, junho, 1906).

O furor anti-burguês do anarquista permite-lhe ver com clareza as bases da família nessa sociedade e mesmo a desmistificar o caráter ahistórico e "naturalmente necessário" dessa forma de agrupamento humano.

Concluem que a família hodierna assenta-se "sobre o capital, sobre a indústria privada".

"No seu pleno desenvolvimento a família só existe para a burguesia; mas o seu complemento necessário é a falta de família para o proletário e a pública prostituição. A família dos burgueses cai naturalmente cessando esse seu complemento e ambos desaparecem com a morte do capital" (A Terra Livre, abril, 1907).

As relações entre os sexos são determinadas pela produção de mercadorias. "O burguês vê em sua mulher um instrumento de produção; ouve dizer que os instrumentos de produção se rão gozados em comum (na sociedade libertária) e pensa que a mesma sorte terão as mulheres. Não imagina que se trata precisamente de fazer da mulher alguma coisa mais do que um simples instrumento de produção" (idem). Assim, é no mercado de trabalho que o trabalhador vende sua força de trabalho que porisso mesmo se transforma em mercadoria; por outro lado, a mulher é a mercadoria que o homem adquire ao constituírem uma sociedade conjugal. Nesses termos se configura uma das formas específicas que a opressão da mulher assume no capitalismo e que o artigo procura mostrar.

Em geral a crítica burguesa incide sobre as propostas socialistas e anarquistas de um ponto de vista moral, principalmente no que se refere à família.

A Terra Livre fez severas críticas ao pasquim "Burrocracia" de P. Alegre que se colocava contra a anarquia.

"Sua concepção do anarquismo é a dos policiais e jornalistas burgueses: os anarquistas são feras, monstros, doentes, que só querem matar, trucidar, à toa, quantos encontram em seu caminho, homens, mulheres e crianças" (A Terra Livre, abril, 1907).

O artigo comenta que o "Burrocracia" acusa os anarquistas com base no folheto Porque somos anarquistas, de quererem a união baseada no interesse, o que os faria partidários do amor-escravo. Manifesta-se, pois, A Terra Livre:

"Hoje é que a união sexual está sob o peso da escravidão econômica, jurídica, moral e familiar...".

"Hoje é que a mulher é criada para vender ou exposta, graças à ignorância em que é mantida, ao logro, à violação, à sedução infame".

Afirma em virtude disso a posição anarquista frente a essa forma de opressão da mulher na sociedade capitalista:

"Nós somos, pelo contrário, partidários da livre união, baseada no amor-livre, isto é, sincero, voluntário, libertado da escravidão econômica, das imposições das autoridades políticas ou familiares e das ignorâncias ou armadilhas sexuais. Nós queremos que a mulher, como o homem, seja, não o objeto possuído, mas o ser livre e consciente" (A Terra Livre, abril de 1907).

Pela livre união e pelo amor livre, "pois sem padres e sem códigos a natureza dispõe muito melhor as coisas".

O amor nessa linha de raciocínio é a lei única do casamento.

Orestes Ristori, editor do jornal anarquista La Battaglia de São Paulo, muito colaborou na propaganda libertária entre as trabalhadoras. Escreveu um longo artigo sobre o significado das duas expressões - Amor livre e livre união - no jornal A Terra Livre (abril, 1907). Afirmava que se pensa que pode existir "união livre sem livre amor e vice-versa". Pois bem, dá exemplos dessas uniões alternativas quanto à liberdade e ao amor e diz brevemente o que se deve entender por amor livre e livre união:

"O amor livre não significa a apropriação comum da mulher mas quer dizer: a liberdade ilimitada para a mulher, como para o homem, de amar quem quiser, a liberdade de concentrar sobre uma pessoa antes que sobre outra, todos os afetos".

"...subtrair-se à tirania dos pais e dos seus substitutos, que querem impor um marido do gosto dele, para amar livremente o objeto dos seus sonhos".

Pergunta-se onde está aí a imoralidade e a prostituição, apontadas pelos "burgueses" quando se referem aos anarquistas.

"A imoralidade e a prostituição não consistem na liberdade de amar, mas na coação de amar ou se fingir amar", proclama Ristori.

O autor desenvolve interessante diálogo tentando responder a afirmação de que "a união livre, é pior ainda":

- "Mas afinal, que faríeis vós, partidários da livre união se vossa mulher quisesse ir com outro?

- "Que faria? Abrir-lhe-ia todas as portas e janelas para que partisse voando"

- "Eu sou pela separação". "... Demais não deveis esquecer que quando a união é independente de todo o interesse, sobre as verdadeiras bases do amor, os casos de separação, não podem deixar de ser raríssimos, e, em todo caso, repito-vos que não se pode sair deste terrível dilema: ou a separação livre ou os cornos".

Outro artigo digno de menção é de uma mulher, Jose fina Stefani - Bertacchi, intitulado "O que deveria ser a mulher": "Feminista ultra", "massaia (Stetti in casa e filo lana)" ou "o justo meio: a verdadeira mulher".

Percebe-se que a autora conhece bem a família autoritária no caso, a italiana, pois massaia quer dizer dona de casa. Sua preocupação é a mulher consciente e liberta da carga doméstica, capaz de desempenhar as mais úteis atividades para a redenção dos homens:

"A mulher nem patroa, nem escrava, nem feminina, nem angélica, nem ascética, nem Messalina; mas a mulher amante e amada".

Sem preconceitos nas relações sexuais. O homem e a mulher tendo órgãos diferentes por graus e por qualidade, entre si se completam e se aperfeiçoando, relacionam-se com a função da natureza, "que se quisesse um só sexo, te-lo-ia feito sem pedir conselhos às estrídulass e antipáticas feministas e sufragistas". Pela primeira vez aparece referência ao movimento feminino burguês, embora sem maiores informes sobre suas atividades na época e no Brasil especialmente.

A autora "finca pé" na necessidade da mulher participar mais amplamente da vida social, pois "deu prova em todos os tempos de aptidões analíticas apreciadíssimas... como professora, médica de mulheres e de crianças, como escritora de obras morais e sociais, e particularmente como propagadora de boas idéias". Em meio a esse palavreado um pouco rebuscado não é clara e objetiva sua concepção de emancipação das mulheres concomitante à luta pela sociedade libertária. A participação da mulher no movimento operário merece sua consideração embora o artigo flua por entre palavras abstratas como:

A mulher deve ser "incansável companheira no trabalho útil, fácil a tornar populares as idéias mais abstrusas, então humilde, quão ardorosa redentora das classes deserdadas".

Faz elegias à mulher mãe de família e à noiva ideal nas "classes pobre e média" colocando-se contra a "mulher máquina, a mulher besta de carga, a chamada governadeira". Compreende que há um acúmulo de tarefas para a "boa governadeira: lavar, engomar, limpar, manter em ordem a casa, embelezá-la; cozinhar, talhar e costurar, mais a gravidez, o puerpério, a amamentação, o cuidado com as crianças (2, 4 e até mesmo 8 crianças), às vezes também a assistência aos velhos progenitores desvalidos ou doentes". Para Stefani-Bertacchi o trabalho doméstico priva a mulher de toda a "honesta distração", acaba com a sua saúde, juventude e formosura além de torná-la semi-imbecil. Para tanto afirma que "a perfeição do trabalho depende de ser ele dividido e subdividido".

Sua proposta de socialização do trabalho doméstico merece ser ressaltada. A sub-divisão do trabalho entre os dois

sexos e a sociedade compreende:

Satisfeita a tarefa que lhe compete como - costureira, tecedeira, lavadeira, cozinheira e educadora, artista ou talvez médica... com uma jornada de trabalho de 4 a 6 horas por dia ... horas livres, livre disposição delas para dedicar-se ' "aos estudos, ou a exercícios artísticos, quer gozando as diversões a todos proporcionados pela vida social".

Por ocasião do período de gravidez e amamentação deveria ser dispensada do trabalho obrigatório. Após a amamentação, "voltará às suas costumeiras ocupações".

"As crianças passam à creche, debaixo da vigilância de pessoas próprias para entretê-las agradavelmente, ou melhor ainda, deixá-las agir, impedindo-as apenas de se magoarem".

Da creche irão então para o jardim da infância. O artigo descreve a educação das crianças nas escolas. Pela descrição a escola se assemelharia à Escola Livre. Quanto às relações entre os pais e as crianças se definem novamente por categorias abstratas como:

"os pais não ensinarão as crianças a ler e escrever, seu papel (pais) é do bom exemplo, ação livre e a conservação.

"as crianças por sua vez, não tendo razões de interesse, nem esperanças ou lisonjas de futuras heranças voltarão à tardinha(da escola) para o seio das famílias com o desejo de quem ama e precisa relatar os seus feitos, de acariciar, de se expandir, de dar, enfim, e receber sinais de afeição e ternura".

Todo esse mundo cor-de-rosa que a família representa para a autora descola-se por completo da realidade então vivida pela família dos trabalhadores e não parece ser possível de se realizar, num provável futuro, independentemente da luta por uma nova ordem social que segundo os princípios anarco-sindicalistas se reja pela justiça social e solidariedade entre os homens. Para tanto, a mulher trabalhadora deve somar-se a luta libertária, ultrapassar a "mulher governadeira", romper as estruturas autoritárias que sufocam homens e mulheres na sociedade capitalista. No trabalho, na família, no lazer as relações entre os sexos devem ser livres, sem carapuças, despojadas de interesses econômicos e endereçadas à promoção do indivíduo, ser soberano na harmonia da coletividade.

Pelo jornal A Terra Livre manifestaram-se os trabalhadores pela emancipação das mulheres. Conforme a autonomia reinante nas relações entre movimento operário e patronato/ autoridade política observa-se em linhas gerais a extensão dessa autonomia em relação à questão feminina.

A luta pela liberação da mulher é obra sua e de todos os homens que almejam a Anarquia, diria um anarquista ou pelas palavras do poeta Raimundo Reis:

"Ó mulher infeliz, luta, trabalha e morre!
Mas o sangue, o suor que da tua fronte escorre,
Vai formando esse mar de fúria e indignação
Em que há de submergir um dia o Despotismo,
que há de fazer nascer da lama deste abismo,
um mundo mais humano e sem falta de pão!..."

(A Terra Livre, junho 1910)

4a. Parte

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou iniciais!)

1. Movimento Autônomo de Mulheres

Deve-se reconhecer a necessidade deste movimento pois nunca se viu uma camada social oprimida se libertar sem que ela mesma empunhe seu combate.

A combinação da opressão e da realidade de classe no quadro sutil das "relações privadas" obscurecem ainda mais o problema. E se a consciência feminista não significa adotar espontaneamente o ponto de vista das classes trabalhadoras, dos exploradores, a recíproca é frequente.

Nas lutas trabalhistas homens e mulheres manifestam a falta de consideração pela questão feminina. A história das classes trabalhadoras registra esta afirmação, mesmo atualmente⁽¹⁾. Se as mulheres compartilham igualmente a responsabilidade do conflito em todos os níveis porque os líderes são todos homens? E porque os problemas específicos das mulheres, tais como:

- sub-qualificação;
- sub-formação;
- poucas possibilidades de promoção;
- dificuldades de conciliar a vida familiar;

(1). "Lip no feminino" in Revue de Critique Communiste, Marx ou Creve, dec. 75/jan. 76, Paris; 19 Congresso da Mulher Metalúrgica - 21 e 28/1/78- Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema in Brasil Mulher nº 11 - "Reivindicações das Mulheres Metalúrgicas", p. 6.

- tarefas caseiras e vida militante;
- solidão das mulheres militantes, etc.

não são levados conjuntamente? Haveria o risco de uma divisão dos trabalhadores ou na verdade esta divisão existe (ou seja, o homem trabalhador de um lado e a mulher trabalhadora de outro)?

Na prática, não assumir a emancipação das mulheres é que está dividindo a classe, contradizendo as argumentações em contrário. Contudo, as mulheres questionam ainda dialogando com os companheiros de classe:

" -Me separo de você, camarada homem, quando digo simplesmente que sou mais explorada que você, e que essa exploração não sei sempre expressar? (...)

Nós, a quem repetem desde a infância que devemos ser amor, devoção e harmonia, precisamos aprender a lutar"...

Dizer que "o sistema é o responsável " e contra ele devemos lutar não resolve a divisão sexual dos trabalhadores na luta pelos seus direitos. Inclusive, pode criar obstáculos se o comportamento da classe continua a reproduzir as condições básicas da existência do capitalismo, ou seja, não só a propriedade privada dos meios de produção mas também a divisão de tarefas imposta na família. É impossível lutar por uma real igualdade entre homens e mulheres deixando de lado este questionamento. Observa-se que nos países da Europa do Leste não se alterou significativamente a condição social da mulher, mesmo com o aumento da força de trabalho feminina e o desenvolvimento dos serviços co-

letivos (creches, restaurantes, lavanderias, etc.). A auto-organização das mulheres permitiria que elas afirmassem seu ponto de vista. Entretanto a luta contra a opressão feminina é conflituosa com a ideologia dominante no seio da classe operária (e do movimento operário) hoje.

Explicitemos algumas razões:

1. Ela contradiz o conforto imediato dos homens;
2. a "satisfação" de um indivíduo explorado de oprimir o outro (outra);

3. esbarra com a concepção feminina vigente em relação ao casamento visto como meio de segurança social. Nela a mulher se vê reconhecida enquanto pessoa ao "servir/"amar" o marido e suas crianças.

O sexo como a raça e a juventude permitem a super-exploração nas relações capital-trabalho. Para tanto existe o suporte de uma ideologia dominante patriarcal inculcando que:

- há tarefas "femininas";
- há qualidades "femininas";
- há uma formação profissional "feminina" distinta dos homens;

- no trabalho há profissões e lugares correspondentes às tarefas atribuídas às mulheres as quais são sistematicamente desvalorizadas:

Embora o sistema seja responsável tem também suas engrenagens sendo a família nuclear (pai-mãe-filhos) uma delas. É aí que se realiza a percepção e interiorização da divisão sexual do trabalho social e o lugar onde se desenvolvem as rela

ções autoritárias e hierárquicas - pais/filhos; marido/esposa.

As relações afetivas-sexuais são insuficientes nos marcos da instituição familiar burguesa, mascaradas pelo casamento segurança-social para a mulher.

2. O problema da mulher nos meios anarquistas

É certo que tiveram consciência da questão ainda que encarada como secundária às vezes e formulada em princípios gerais. enfatizam em especial a educação sexual e liberdade sexual para ambos.

Proudhon e Bakunin são inspiradores de duas tendências que influenciaram as concepções do papel da mulher na sociedade e sua natureza humana existentes entre os libertários.

Conforme Proudhon a função social da mulher limita-se a gerar e cuidar dos filhos sendo concebida como moral e intelectualmente bem como sua constituição física inferior ao homem. Embora estas idéias proudhonianas persistissem entre os anarquistas e anarco-sindicalistas (por ex. os espanhóis dos anos 30) tomaram formas suavizadas. A mulher deveria "ajudar os homens no lar facilitando-lhes, com estímulo e compreensão, sua participação na luta social".

Contrastando com esta posição Bakunin levantou-se pela plena igualdade entre homens e mulheres, reivindicando direitos e deveres iguais para ambos. Sua posição predominante era entre os anarquistas, pelo menos ao nível teórico. Defendeu-se como la. medida da revolução libertária espanhola:

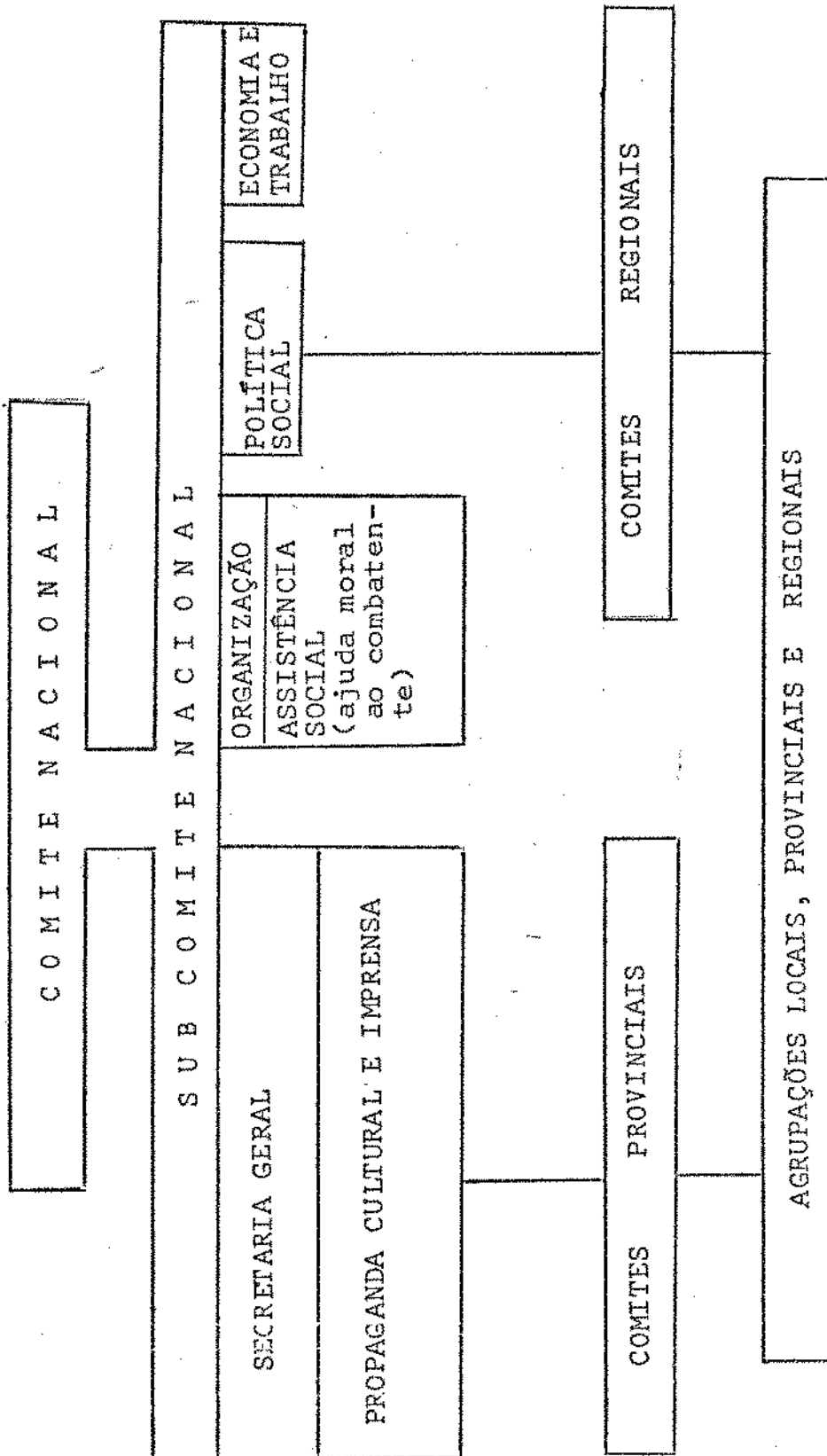
"assegurar a independência econômica do seres, sem distinção de sexos, (dessa maneira) a interdependência criada entre o homem e a mulher, desaparecerá com ela"⁽²⁾.

A conjuntura espanhola de 1936-1939 é exemplar da tomada de consciência das mulheres que assimilando os princípios anarquistas os aplicaram a sua própria situação. Surgiu um movimento de base em abril de 1936 cujo objetivo era arregimentar as mulheres operárias para o movimento libertário numa organização autônoma de mulheres - MUJERES LIBRES⁽³⁾. Publicavam numa revista do mesmo nome dedicada à "cultura e documentação social" tendo criado grupos em Madrid, Barcelona, na Espanha Republicana. A narquistas, Mujeres Libres organizavam-se federativamente.

(2). Congresso de Saragoza, maio de 1936 sobre o Concepto Confederal del Comunismo Libertário, cit. in Peirats, J., La CNT en la Revolución Española, Ruedo Ibérico, Paris-1971. Tomo Ip. 130

(3): Mary Nash realizou extensivo trabalho sobre a organização feminina espanhola Mujeres Libres publicado pela Nusquets E ditor, Barcelona, 1975. Nossas observações baseiam-se no levantamento de artigos da revista M.L. pesquisados por Nash.

BASES DA ORGANIZAÇÃO



A Federação Nacional bem como o projeto de uma Confederação Internacional de Agrupação de Mujeres Libres tinha como princípio a independência e auto-gestão das distintas agrupações estabelecendo que poderiam federar-se entre si a nível local, provincial, a nível regional e nacional.

Mujeres Libres proclamava que cabia às mulheres consolidar as conquistas revolucionárias, entendendo a conjuntura política como de "guerra social" onde se desenrolava a luta de classes. Defendiam os interesses da classe trabalhadora e a implantação de um sistema social mais justo. Criticou as posturas políticas do P.C.E. (Partido Comunista Espanhol) e dos P.S.U.C. (Partido Socialista Unificado de Catalunha) que limitavam-se a defender o Estado Republicano.

2.1. M.L. e a orientação anarquista

Organização libertária, considerava-se parte integrante do movimento anarquista e não um organismo secundário, recusando-se a servir de instrumento de qualquer tendência.

Ao contrário das demais organizações feministas do período (1936-1939) M.L. clamava constantemente sua autonomia enquanto organização. Pleiteou seu reconhecimento como setor autônomo no movimento libertário em 1938 da mesma maneira que a C.N.T., a F.A.I. (Federação Anarquista Ibérica) e a F.I.J.L. (Federação Ibérica de Juventudes Libertárias), três setores já existentes no Movimento anarquista espanhol. Entretanto, rechaçou-se a solicitação de M.L. alegando que uma organização específica dentro do movimento libertário, seria elemento de desunião e

desigualdade, utilizando-se pois de argumentos convencionais e discriminadores.

Na verdade, as relações tensas entre M.L. e C.N.T., a F.A.I. e a F. I.J.L. tornou difícil a tarefa da organização feminina. A falta de cooperação e o desinteresse das mesmas organizações libertárias truncaram as aspirações de M.L.

É notável nos artigos da revista Mujeres Libres o combate à discriminação da mulher na sociedade e no movimento libertário. Reivindicaram a representação para todo problema relacionado com a mulher e procurou obter participação em todos os organismos não só como militantes de base mas também na direção dos mesmos, ao nível de comitês de fábricas e dos conselhos dos sindicatos da C.N.T.⁽⁴⁾.

Quanto às relações de M.L. com outras organizações femininas de tendências políticas diferentes, foi o secretariado feminino do Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM) quem mereceu sua simpatia e defesa frente ao ataque de outras organizações femininas, por exemplo a Agrupación de Mujeres Anti-Facistas.

2.2. O Feminismo de Mujeres Libres

Teve caráter obrero e um programa feminista inserido no contexto da luta de classe. Na linha libertária destacou 'que era necessário unir a emancipação do proletariado e a emancipação da mulher.

Ao nível teórico definia uma dupla luta da mulher realizando na prática a formação e capacitação das mulheres através de suas agrupações. Reconhecia que a revolução social que não

(4). M.L., cit. in Nash, op.cit.p.103 e 105

realizava a emancipação da mulher não teria sentido. Dessa maneira, a especificidade feminina foi estrategicamente abordada por dois caminhos:

1. luta social: abolir o sistema econômico-social vigente e estabelecer uma sociedade em regime de comunismo - libertário;

2. auto-emancipação da mulher: sua liberação como pessoa (texto in revista M.L., p. 131, cit. in Nash, p.26).

Portanto, a organização visou a educação política e cultural das afiliadas, desenvolvendo um programa de atividades através de Institutos de Educação, campanhas contra o analfabetismo, da revista M.L. (publicados 13 nºs) e folhetos mais simples dirigidos a um público com pouca preparação. Propuseram publicar um semanário acessível às mulheres camponesas e operárias - LUCHADORAS - que contudo não chegou a sair por motivos financeiros e falta de apoio dos organismos do movimento libertário, segundo M.L.

Observa-se a adesão à formulação bakuniana quanto à independência econômica da mulher, condição necessária para sua liberdade pessoal e social.

Em linhas gerais constituiu o programa da organização, cujas 20.000 afiliadas pertenciam a maioria à classe operária:

- instrução técnico-profissional;
- campanha para a criação de creches gratuitas em fábricas e bairros operários sendo que M.L. encarregou-se do funcionamento de algumas em Barcelona, Valência;

- restaurantes populares para trabalhadores de ambos os sexos;
- salário único: igualdade de salários para todos os trabalhadores;
- salários iguais para trabalho igual sem distinção de sexo⁽⁵⁾.

2.3. Emma Goldman e a Libertação Feminina

Como bem salientou Emma Goldman⁽⁶⁾, militante anarquista de origem russa, a emancipação das mulheres era parte integral da liberação pessoal e social geral que o anarquismo significava para ela. Assim sendo, para conquistar essa liberação trabalhou constantemente apoiando as liberdades civis, o movimento operário e o anarquismo americano e internacional. O anarquismo era a causa "que se levantava por um lindo ideal,... por aliviar e libertar-se de convenções e preconceitos". Não deveria demandar a negação da vida e do prazer, afirmava contrapondo-se a um certo puritanismo anarquista presente em certos militantes, principalmente em relação a atividades sociais como a dança, bailes, etc. Expressava-se efusivamente:

"Eu quero liberdade, direito de expressão própria, livre, direito de todas as coisas bonitas e radiantes" (Living my life).

(5). Textos p. 150-153, cit. in Nash, p.30.

(6). Emma Goldman (1869-1940): sua luta estendeu-se infatigavelmente desde fins do século XIX até 1940. Iniciando seu trabalho libertário nos EUA foi expulsa para a Rússia bolchevique em 1919 e de lá para outros cantos do mundo. Para maiores detalhes biográficos veja Goldman, E., in Shatz, M.S. Essential Works of Anarchism, 1971, Bantam Books, USA.

Sua plataforma de luta pela sociedade libertária incluía, pois, necessariamente, as relações livres entre os sexos, proferindo conferências sobre "A Falência do Casamento" e "O significado do Amor". Dentre as conferências de 1915 destacavam-se tópicos contra a guerra, liberdade no amor, controle da natalidade e métodos anti-concepcionais, homossexualismo. O que chegava a horrorizar a platéia trabalhadora que respeitosa e escutava.

3. Maria Lacerda de Moura e os Anarquistas no Brasil

O movimento operário dos anos 1900-1920 de orientação anarquista não nos legou uma organização feminina libertária autônoma. Entretanto, a questão foi levantada indiretamente pelo anarco-sindicalismo e por grupos de mulheres formados nos anos 20. Assim sendo, a emancipação da mulher consta da bibliografia do período figurando nas bibliotecas sociais dos comunistas-libertários.

Em São Paulo, o jornal A Plebe publicou notícias da biblioteca A Inovadora, igualmente mantida por anarquistas, festivais e campanhas financeiras. Registra-se sua existência em São Paulo de 1919 a 1924 na Ladeira do Carmo, 3. Funcionava como um Centro de Cultura com recinto para leitura e seleção de obras tendo chegado à organização de um grupo de Teatro Social e um grupo musical. Vendia livros e panfletos de propaganda social, de formação técnica, de difusão do esperanto e de ficção aprovada pelos anarquistas. Aos poucos aparecem autores brasileiros entre as obras traduzidas do francês e de autores russos.

Houve tentativas de criar Escolas Modernas para os filhos dos operários, orientadas pelos princípios de Francisco Ferrer.

Entre as obras que a Biblioteca Social A Inovadora anunciava e a imprensa anarquista comentava, aparece com destaque o trabalho da escritora e educadora Maria Lacerda de Moura⁽⁷⁾. Esta deslumbrante e enigmática mulher é figura de prôa pela emancipação de homens e mulheres. Em estilo vigoroso e ardente, com ação férrea e íntegra identificou-se com os anarquistas diante dos propósitos educativos:

"Ferrer, mártir do ensino livre, sem muletas estatais ou religiosas 'livre de quaisquer ismos' - porque o educador não tem o direito de violar a razão humana através da escola e nem lhe existe o direito de impor as suas idéias ou suas predileções ideológicas". O ensino para Ferrer continha os ideais de ciências, liberdade e solidariedade⁽⁸⁾.

(7). O perfil da vida, obra e significado desta mineira extraordinária foi traçado "preliminarmente" por Mirian Lifchitz Moreira Leite no artigo publicado pela revista Educação & Sociedade, "Quem foi Ma. Lacerda de Moura?" nº 2, janeiro 1979. Louvável iniciativa, a finalidade desta reapresentação de Ma. Lacerda é "tornar menos fragmentária a imagem desta ativista, autora e personagem de tantas lutas".

(8). Publicou em 1934, "Ferrer, o Clero Romano e a Revolução Laica", texto de 90 pp. A autora distingue Ferrer de Durkheim considerando este último pregador de uma educação fascista "na qual o Estado, a serviço de um ditador qualquer, decreta a escola-comunidade e prepara a juventude na selvageria e na brutalidade para o assalto ao poder e ao domínio. Durkheim aproxima-se tanto do fascismo como do bolchevismo na sua doutrina sociológica - para a socialização ou o coletivismo até mesmo da consciência... na defesa da sociedade formada pelo mais forte grupo que a soube defender ...

Maurício Tragtemberg desenvolve precisamente a pedagogia libertária da qual Ferrer é um dos inspiradores in revista Educação & Sociedade nº 1, pp. 17-49. Cita o referido trabalho de Moura sobre Ferrer e o ensino racional.

Anti-fascista, anti-clerical, pacifista, Ma. Lacerda pronunciou-se também contra o álcool, esportes e carnaval. Realizou seus propósitos humanitários ao lançar em 1923 A Renascença - Revista de Arte e Pensamento⁽⁹⁾.

"Acaso toda a vida social não se desenrola numa tragédia angustiosa, num torneio de enxergas e promiscuidade na degenerescência das crianças, na miséria dos costumes, no tráfico dos sonhos e das gentes, no tumultuar de ambições à carta do maldito ouro que sufoca as aspirações grandiosas?"

A revista tinha como religião o amor, a sabedoria e a arte exercidos através do individualismo consciente. Dirigia-se aos idealistas, sonhadores da "Arte Feliz":

"apóstolos do bem-estar social, propagadores do saneamento físico e moral, da eugenia, divulgadores da educação racional, moderna, os anunciadores do otimismo sadio da energia e da sinceridade das convicções; artistas, pensadores, higienistas, educadores, homens e mulheres, proletários e intelectuais, todos que tem a alma ansiosa, um anelo de perfeição, uma sede intensa de saber, imenso amor no fundo de si mesmos... Fev. 1923 Maria Lacerda

A Renascença mantinha seções abertas às sociedades femininas e feministas do Brasil e do mundo definindo-se como propagandista da emancipação racional da mulher o que era enfatizado nos trabalhos de sua diretora que afirmava que "a emancipação feminina é um elo da corrente emancipadora de todo o genero

(9). O arquivo Edgard Leuenroth-Unicamp catalogou 5 exemplares da rev. A Renascença.

humano".

Na seção sobre o Mundo Operário compareciam os colaboradores da imprensa anarquista. Vez outra anunciavam palestras sobre a Mulher e a Emancipação Social promovidas pelos sindicatos e uniões operárias.

A contribuição de Ma. Lacerda de Moura para a Questão Feminina é inegável e foi fielmente interpretada por Moreira Leite analisando a "nova concepção amorosa-sexual" que Moura desenvolveu nos livros:

- Religião do Amor e da Beleza
- Han Hyner e o Amor Plural (escrito em 1928)
- Amai e... não vos multipliqueis dedicado ao ami

go libertário A. Nêblind:

"-homem livre, desertor social que se basta a si mesmo na luta heróica pela subsistência - por um nobre ideal de solidariedade humana - o meu livro forte e corajoso - como um símbolo de esforço do "individualismo da vontade da harmonia" para uma inspiração mais alta do entendimento entre os dois sexos"(10)

Conhecedora de Alexandra Kolontai a autora incorporou sua visão do amor como "um fenômeno de caráter social e psíquico" capaz de obter benefícios a favor da coletividade, um sentimento que une os indivíduos e por isso mesmo é múltiplo. Contra o amor "absorvente" e exclusivista, o amor-conjugal da moral burguesa à concepção superior do Amor fundamentado "no reconhecimento de direitos recíprocos, na arte de saber respeitar, inclu

(10). Cit. in M. Leite, art. cit. p.13.

sive no amor, a personalidade do outro, em um firme apoio mútuo e na comunidade de aspirações coletivas" (Kolontai e o Amor -Camaradagem)¹¹.

"Cada amor é todo o amor e cada amor enriquece o amor de nuances novas" (Moura, Han Hyner e o Amor..Plural)

"Assim Maria Lacerda de Moura propõe o Amor Plural capaz de terminar com a exploração da mulher, o infanticídio, a mutilação da solteirona, e com a prostituição. A liberdade de escolha da mulher permitiria que pudesse amar e chegar à maternidade consciente, independentemente dos códigos e dos preconceitos sociais" (Moreira Leite, op.cit. p.21. grifos meus).

(11). Kolontai, A., A Mulher e a nova moral sexual in El Amor en la Sociedad Comunista, ed. Cultura Universitária, Lima - 1973.

B I B L I O G R A F I A

Larguia, Isabel e Dumoulin, John, Para uma Ciência da Libertação da Mulher - PEEP/Estudos, Prelo Ed., Lisboa, 1972, nº 1, 2a. ed.

Mitchell, J., Woman's Estate, Vintage Books, 1973, USA.

Saffioti, I.B., A Mulher na Sociedade de Classes - Mito e Realidade, Quatro Artes, 1969.

_____, "A Mulher sob o Modo de Produção Capitalista " in Contexto nº 1, nov. 1976, Hucitec.

Maddalena, Maurizio, "La Condizione della Donna nei Dibatti della I Internazionale" in revista Studi Storici, Italia.

As Mulheres Assalariadas, ed. Estampa, 1974, Lisboa.

Engels, F., A origem de Família, da Propriedade Privada e do Estado, in Obras Escogidas, ed. Progresso - Moscou.

Branca, Patricia, "A new Perspective on Women's Work: a comparative Tipology" in Journal of Social History, 1975, Carnegie Mellon Univ. Press.

Moraes, Maria, "A Questão Feminina" in Estudos Cebrap 16, 1976.

Davies, Ross, Women and Work, Arrow Books, Londres, 1975.

Toscano, Moema, Trabalho e Política - caminhos cruzados do feminismo - tese de Livre-docência - PUC-RJ, 1975.

Nash, Mary, "Mujeres Libres" - España 1936-1939, Tusquets Editor, Barcelona, 1975.

Singer, P. e F. Madeira, "Estrutura do Emprego e Trabalho Feminino no Brasil", in Cadernos Cebrap

Riazanov, D., Socialismo, Casamento e Família, textos, Porto 1975.

Ibarren, Sara, La Emancipacion de la Mujer. Buenos Aires, 1972, Col. Documentos.

- Barros, Mônica S. Leite de, "Trabalho feminino e Sindicalismo no Brasil (1900-1920)" in rev. Contraponto nº 1, Centro de Estudos Noel Nutels, nov. 1976.
- Kolontay, A., A Mulher e a Nova Moral Sexual - Civ. Brasileira-SP.
- Reich, W., A Revolução Sexual, Zahar, 1969.
- Lenin, W.I., O Socialismo e a Emancipação da Mulher Ed. Vitória, 1956.
- Rowbothan, S., Woman's Consciousness, Man's World, Pelican Books, 1973.
- _____, Women, Resistance and Revolution, Vintage Books, 1974.
- Vários, A crise da Família e o Futuro das Relações entre os Sexos, Paz e Terra, 1971 - RJ - org. Cerroni, Umberto.
- Hollander, N., La Mujer - esclava de la historia o historia de esclava?, La pléyade, B.Aires - 1974.
- Goldman, Emma, "Living my life - Anarchism and the Liberated Woman" in Essential works anarchism, ed. by M.S. Shatz, 1971, Bantam Books, USA.
- Moura, Maria Lacerda de, Han Hyner e o Amor Plural, Ed. Unitas, 1934.
- Guilbert, M., Les Femmes et l'organisation syndicale avant 1914, CNRS, 1966 - Paris.
- Dias, Everardo, História das Lutas Sociais no Brasil, Ed. Alfa-Omega, 1977 - SP.
- Rodrigues, Edgar, Nacionalismo e Cultura Social, Laemmert, G.B. 1972.
- _____, Trabalho e Conflito - (Pesquisa histórica 1900-1935), RJ., 1978.
- Beiguelman, P., Os companheiros de S. Paulo, Ed. Símbolo, 1977.
- Leuenroth, E., Anarquismo: Roteiro de Libertação Social. Arquivo E.L. IFCH-UNICAMP.

- Fausto, B., Trabalho Urbano e Conflito Social, Difel, 1976.
- Pinheiro, P.S., Trabalho e Política no Brasil, Ed. Paz e Terra, 1976.
- Luz, N. Vilela, A luta pela industrialização no Brasil, Difel, 1961.
- Cano, W., As Raízes de Concentração Industrial em S.Paulo, tese de Doutorado, IFCH, 1975.
- Hobsbawn, E., "Labor History and Ideology", in Journal of Social History, 1974, vol. 7 nº 4.
- Bookchin, Murray, El Anarquismo en la Sociedad de Consumo, ed. Kairós, Barcelona, 1976.
- Woodcock, George, Anarchism, Ed. Meridiano, Lisboa 1971.
- Joll, James, Los Anarquistas Ed. Grijalbo, Barcelona, 1972, 3a. ed.
- Maitron, Jean, Le Mouvement Anarchiste en France, volume I e II, Maspero, Paris 1975.
- Ansart, P., El Nacimiento del Anarquismo, Amorrortu, B.A. 1973.
- Debrun, M., Curso de Teoria Política, 1975 - Pós-graduação - UNICAMP.
- Carter, April, Teoria Política del Anarquismo, Monte Avila Ed.- Caracas, 1975.
- Marx, Engels; Lenin, Anarchism and Anarcho - Syndicalism, International Publishers, N.Y. 1972.
- Marx, K., A Ideologia Alemã, Ed. Grijalbo, 1976.
- _____, O Capital Vol. I - Civilização Brasileira, 1974
- Bakunin, El Sistema del Anarquismo, Proyección ed., Buenos Aires - 1973.
- Vários, Bakunin on Anarchy, ed. comentada por Sam Dolgoff. Vintage Books, N.Y. 1972
- Dulles, John W.F., Anarquistas e Comunistas no Brasil - (1900-1935), Univ. of Texas Press, Austin & London, 1973, ed. Nova Fronteira - RJ, 1977.

Hall, M., Immigration and the early São Paulo working class, paper, 1974 - UNICAMP.

Maffei, Eduardo, A Greve, editora Paz e Terra, 1978 - R.J.

Dubief, H., Le Syndicalisme Revolutionnaire, A. Colin, Paris, 1969.

Jong, R. de, "Some Remarks on the Libertarian Conception of the Revolutionary Social Change", paper in Conferência sobre História e Ciências Sociais, Campinas, UNICAMP, 1975.

Julliard, J., "Théorie Syndicaliste Revolutionnaire et Pratique Gréviste" in Le Mouvement Social nº 65 (oct.-déc. 1968).

Ferreira, M. Nazareth, Imprensa e Sociedade: O Trabalhador Gráfico, Tese de Mestrado - ECA- USP, 1976, publicado pela Ed. Vozes, A Imprensa Operária 1880-1920.

Hardman, F. Foot, História e Cultura Operária (apontamentos de pesquisa) mimeo, Unicamp, 1975.

Penteado, Jacó, Belemzinho 1910.

PERIÓDICOS

JORNAIS

A Terra Livre, 1906-1910, diretores responsáveis Neno Vasco, Edgard Leuenroth, Manuel Moscoso, S.P. e R.J.

A Voz do Trabalhador, 1908-1915, órgão da COB (Confederação Operária Brasileira) Rio de Janeiro.

A Plebe, dir. Edgard Leuenroth, S. Paulo, 1917-1951.

Spártacus, 1919-1920, dir. Astrogildo Pereira e José Oiticica, Rio de Janeiro.

Voz do Povo, 1920-1921, dir. Carlos Dias, órgão da Federação dos Trabalhadores e Proletariado em Geral do Rio de Janeiro.

A Obra, 1919-1921, dir. Florentino de Carvalho, São Paulo.

Brasil Mulher, nºs 0 a 13, 1975-1979, Londrina e São Paulo.
Nós Mulheres, nºs 1 a 8, São Paulo.

REVISTAS

"Mujeres Libres" in Nash M., Tusquets Editor, 1975 - Barcelona.

A Renascença - revista de pensamento.

L'Exploitée, revue - "organe des femmes travaillant dans les usines, les ateliers et les ménages - 1907-1908", reed. NOIR, 1977, Genebra.

New Left Review, nºs 83, 89, 94.

Censo de 1920, Diretoria Geral de Estatística, Min. de Agricultura, Indústria e Comércio, RJ. 1930.

Através - sobre Patrícia Galvão - Pagu nº 2, liv. Duas Cidades - 1978 -

Radical America, 1973-1974.

A Vida 1914-1915 - dir. José Oiticica, RJ.

Revue de Critique Communiste, Marx ou Crève, dec.jan. 1975/1976, Paris.

Plural, julho/set. 1978 nº 1, São Carlos.

Latin American Perspectives, issues 12, 13 e 15 - winter, spring and Fall 1977, California - USA.

Des Femmes en Mouvements, 1977-1978, Paris.